

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

BÁRBARA FRAGA CARNEIRO

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFSC : MATRIZES CURRICULARES DE 1970 A 1999**

**FLORIANÓPOLIS, SC
2010**

BÁRBARA FRAGA CARNEIRO

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFSC : MATRIZES CURRICULARES DE 1970 A 1999**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Serviço Social do Centro Sócio-
Econômico da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Teresa
dos Santos.

**FLORIANÓPOLIS, SC
2010**

BÁRBARA FRAGA CARNEIRO

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFSC : MATRIZES CURRICULARES DE 1970 A 1999**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Maria Teresa dos Santos

Prof^a. Dr^a. Departamento de Serviço Social/UFSC

Cristiane Selma Claudino

Profa. MSc. Departamento de Serviço Social - UFSC
1^a Examinadora

Ana Maria Baima Cartaxo

Profa. Dra. Departamento Serviço Social – UFSC
2^a Examinadora

**Florianópolis, SC
2010**

*Dedico este trabalho aos meus pais amados,
por todos os sonhos que tiveram que abrir
mão para que eu pudesse realizar o meu.
A eles esta e todas as minhas conquistas!*

AGRADECIMENTOS

Este espaço dedico àqueles que contribuíram para a concretização desse importante passo na minha vida, a minha formação profissional e principalmente àqueles que tornaram esse período muito mais alegre e divertido.

Primeiramente aos meus pais por todo amor e dedicação. E por proporcionarem esta oportunidade de crescimento e formação profissional. A minha irmã Débora pelo companheirismo e dedicação. E é claro por ser meu exemplo em almejar a UFSC. Amo vocês!

A minha família que sempre apoiou-me e incentivou-me mesmo nos momentos mais difíceis. Ao nosso querido Nato (in memorian) que mesmo não estando mais conosco continua nos ensinando muito e nos mantendo ainda mais unidos.

As minhas queridas amigas e companheiras Rúbia, Flávia e Thayse que sempre estiveram ao meu lado desde o início da graduação seja nas disciplinas, trotes, baladas, viagens, ótimas parceiras para todos os momentos! Essa foi só nossa primeira etapa...

As minhas amigas Denise e Priscila obrigada por sua amizade e companheirismo. As eternas “Flor do Campus” Melissa, Morena, Julliana, Fayga e Giseli, jamais esquecerei nossos famosos churrascos e nossas idas à casa de praia da Fayga. Adoro vocês!!

As parceiras e amigas do IGK Alyne e Vanessinha, meninas ainda temos muito que aproveitar! E a toda equipe do núcleo Itacorubi do IGK que me ensinou o verdadeiro significado do trabalho em equipe. Em especial a supervisora de campo Suelen Virgilino que com seus conselhos e ensinamentos me preparou para atuação profissional. Muito obrigada!

A Prof^a. Maria Teresa que desde 2008 me apresentou uma nova perspectiva do serviço social. Muito obrigada por sua dedicação, atenção e apoio. A Prof^a. Cristiane Claudino e a Prof^a. Ana Cartaxo, por terem aceitado participar da banca.

E a todos que participaram direta ou indiretamente do meu processo de formação, e contribuíram com meu crescimento pessoal e profissional, muito obrigada!

CARNEIRO, Bárbara Fraga. O estágio supervisionado do curso de serviço social da UFSC: matrizes curriculares de 1970 a 1999. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo identificar e analisar o estágio supervisionado ao longo da trajetória do Curso de Serviço Social da UFSC, considerando esta atividade obrigatória prevista nas diretrizes curriculares do curso como fundamental na construção de uma formação crítica, interventiva e propositiva do assistente social. Para a realização do trabalho, de caráter exploratório, realizou-se uma pesquisa documental, privilegiando-se as diferentes matrizes curriculares do Curso de Serviço Social, da UFSC, com ênfase nas propostas elaboradas a partir do ano de 1970. Os resultados da pesquisa evidenciaram que houve significativa redução na carga horária destinada às disciplinas relativas ao estágio supervisionado ao longo da trajetória do Curso de Serviço Social na UFSC.

Palavras-chave: Currículo. Matriz Curricular. Estágio Supervisionado. Curso Serviço Social UFSC.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ciclo Básico do currículo de 1970

Quadro 2: Ciclo Profissionalizante do currículo de 1970

Quadro 3: Ciclo Básico do currículo de 1985.

Quadro 4: Ciclo Profissionalizante do currículo de 1985.

Quadro 5: Grade curricular implementada em 1991.

Quadro 6: Exemplo de meta do Plano de Trabalho para o ano de 1995

Quadro 7: Currículo implementado em 1999 dando continuidade ao processo.

Quadro 8: Adaptações ao Currículo de 1999 - implementadas em 2002.02.

Quadro 9: Adaptações ao Currículo de 1999 - implementadas em 2006.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A CONJUNTURA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA	13
1.1 Ensino superior no Brasil: a conjuntura atual da universidade pública	13
1.2 O sentido do estágio supervisionado na formação profissional	16
1.3 Sobre a concepção de currículo	21
2. MUDANÇAS E ALTERAÇÕES NO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC NA PERSPECTIVA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	25
2.1 O curso de serviço social: da Fundação Vidal Ramos à incorporação pela UFSC	25
2.2 O estágio denominado como prática do serviço social: o currículo de 1970	29
2.3 Currículo de mínimo 1982: o estágio obrigatório como um apêndice	35
2.4 Currículo de 1991: as disciplinas de prática introduzindo o estágio	41
3. A MATRIZ CURRICULAR DE 1999: O ESTÁGIO REDUZIDO	49
3.1 Antecedentes: discussões e avaliações sobre a necessidade de um novo currículo	49
3.2 A implementação do currículo em 1999 no contexto da criação do curso noturno	52
3.3 O currículo implantado: rebatimentos no estágio e na supervisão	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO	68

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da avaliação final para a obtenção do título de bacharel no curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. É resultado parcial, da pesquisa desenvolvida com as matrizes curriculares do curso de serviço social da UFSC.

O curso de serviço social da UFSC disponibiliza em sua matriz curricular atual dois semestres para estágio curricular não obrigatório e mais dois semestres para estágio curricular obrigatório, no entanto, esta realidade não acompanha o curso desde sua fundação, neste sentido o presente trabalho buscará apresentar o processo de estágio supervisionado desde 1970 até os dias atuais.

O elemento principal para a escolha desta temática foi a participação nas discussões da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS através da possibilidade de auxílio permanência que a UFSC oferece aos seus alunos, através de auxílio financeiro destinadas a acadêmicos avaliados socioeconomicamente. Os acadêmicos são designados a pesquisas com os professores e a trabalhos com servidores em suas áreas específicas de atuação.

Em 2008 disponibilizou-se uma vaga para bolsista de apoio a ABEPSS região sul I com orientação e supervisão da coordenadora de graduação da região, então professora da UFSC. A oportunidade se destinava a acompanhar, planejar a Oficina Regional da ABEPSS em Florianópolis e transcrever o relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

Durante esta experiência pode-se constatar que a discussão sobre o processo de estágio e as disciplinas teórico-práticas são um campo vasto de discussões e contradições. Apresentando necessidade de mudanças imediatas aos currículos dos cursos de Serviço Social em todo o país e a necessidade da tão mencionada elaboração de uma política nacional de estágios. Despertando assim um posicionamento crítico sobre a forma como se disponibiliza o estágio curricular obrigatório no Curso de Serviço Social da UFSC, vislumbrando o

compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade para a integral formação de profissionais capacitados, propositivos e interventivos.

No ano de 2009 deu-se início ao processo de busca por estágio curricular obrigatório, a UFSC não disponibiliza diretamente este recurso, para tanto o acadêmico deve buscar suas oportunidades. Realizando contatos através de lista disponibilizada pela coordenação de estágios. Após uma longa procura e algumas respostas negativas, de supervisores de campo, tendo como empecilho o acadêmico estar cursando a sétima fase do curso, possibilitando apenas dois semestres ao estágio, sendo mais viável a instituição escolher um estudante que está na quinta fase e fará quatro semestres de estágio na instituição.

No mês de julho de 2009 disponibilizou-se uma vaga no Instituto Guga Kuerten para estagiários da sétima fase de serviço social. Através de contato telefônico com a supervisora marcou-se uma entrevista no escritório do Instituto, reunião na qual já foi definida a contratação e a data de início do estágio. Com base no estágio curricular obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten no Programa Campeões da vida núcleo Itacorubi constatou-se que as demandas observadas durante a participação nas discussões sobre estágio e formação profissional da ABEPSS Região Sul I estão presentes na realidade da UFSC e pensou-se sobre a qualidade do acompanhamento dos acadêmicos no processo de estágio pela instituição concedente e pela universidade na perspectiva de tempo disponibilizado a formação do acadêmico e de teoria direcionada a subsidiar a intervenção do acadêmico em seu fazer profissional.

Esta realidade influencia na formação profissional e interfere na atuação durante o período de estágio. A atuação do estagiário limita-se a interesses institucionais não abrangendo parte do conhecimento necessário para uma formação profissional coerente. A supervisão acadêmica limitou-se a períodos de entregas de relatórios e discussão de campos de estágios mais afetos à área de atuação do professor. Havendo assim um desinteresse por parte dos acadêmicos na problematização de seu campo de estágio em sala de aula. Os dois créditos destinados a supervisão de dez acadêmicos se destinaram a dois ou três acadêmicos que apresentaram demandas polêmicas. O professor supervisor em sua sobrecarga de trabalho docente vê-se limitado a uma carga

horária reduzida (2h/a) e a um número elevado de alunos em sala de aula (10 alunos) inseridos em diferentes campos de estágio.

Optou-se então por problematizar o espaço destinado ao estágio supervisionado questionando: qual a relevância que o estágio supervisionado ocupou e ocupa nas diferentes matrizes curriculares do Curso de Serviço Social da UFSC? Que carga horária destinou-se ao estágio supervisionado na trajetória histórica do curso de Serviço Social da UFSC?

Pensando em recuperar a essência do estágio como instrumento fundamental na construção de uma formação crítica, interventiva e propositiva do Assistente Social. Subsidiando uma mudança imediata no currículo do Curso de Serviço Social implementado em 1999.

Para realização deste trabalho foi desenvolvida pesquisa exploratória que segundo GIL:

Têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (2002, p.41).

O procedimento utilizado para coleta foi a pesquisa documental que segundo GIL (2002, p. 46) se diferencia da pesquisa bibliográfica por utilizar documentos “de primeira mão” que não recebem nenhum tratamento analítico e documentos “de segunda mão” que de alguma forma já foram analisados.

Dentre os principais autores utilizados para a pesquisa destacam-se: Balbina Ottoni Vieira, Marta A. Feiten Buriolla, Rosa Maria Ferreira Pinto, Alzira Maria Baptista Lewgoy, José Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto. Entre os documentos utilizados para a pesquisa estão: Projeto Político Pedagógico 1999, Plano de Ensino das disciplinas relacionadas, Regulamento de Estágio – UFSC, Relatório Pesquisa de Implementação das Diretrizes Curriculares e as Diretrizes Curriculares MEC/ABEPSS, como material bibliográfico: Revista Serviço Social e Sociedade e Trabalhos de conclusão de curso e Dissertações de Mestrado relacionados ao tema.

O trabalho tem como objetivo geral identificar e analisar o estágio supervisionado ao longo da trajetória do curso de Serviço Social da UFSC.

Como objetivos específicos buscamos: a) Levantar quantitativamente as disciplinas relativas ao estágio supervisionado nas matrizes curriculares do curso de Serviço Social da UFSC; b) Problematizar as disciplinas de estágio supervisionado no Projeto Político Pedagógico de 1999 do Serviço Social – UFSC; c) Subsidiar o processo da revisão do currículo de 1999 no que se refere ao estágio supervisionado.

Desta forma o presente trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção realizaremos uma contextualização sobre o estágio, trataremos de situá-lo no contexto do ensino superior no Brasil e na sua relação com a concepção de currículo adotada. Na segunda seção realizamos um estudo do histórico do Curso de Serviço Social da UFSC buscando entender o ensino da prática profissional dividindo as matrizes curriculares em seus períodos de implementação 1970, 1982 e 1991. A terceira seção dedicaremos ao currículo vigente implementado em 1999.

E, para finalizar, procuramos desenvolver considerações sobre a importância do estágio supervisionado como instrumento fundamental para a prática profissional, possibilitando uma contribuição efetiva para uma mudança imediata nas matrizes curriculares do curso de Serviço Social.

1. A CONJUNTURA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Para que se compreenda o estágio supervisionado como componente da matriz curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, nesta seção trataremos de situá-lo no contexto do ensino superior no Brasil e na sua relação com a concepção de currículo adotada.

1.1 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A CONJUNTURA ATUAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O ensino superior público no Brasil, especialmente a partir do governo de Luis Inácio Lula da Silva, desde 2003, tem sido incrementado na perspectiva de uma expressiva expansão, sem precedentes.

Rocha (2006, p.1) afirma que “[...] o governo Lula, desde o início de sua gestão, se empenha em construir um projeto para as instituições de educação superior e definir suas regras de acesso, modelos de gestão e financiamento, prerrogativas e obrigações”. O reordenamento da educação superior que estamos percebendo ser desenvolvida pelo atual governo está inserido em um amplo processo de redefinição do Estado capitalista, sendo considerado como uma das principais estratégias para o enfrentamento da crise estrutural do capital. Este processo atravessou o governo de Fernando Henrique Cardoso, e está sendo aprofundado no governo Lula, através de uma segunda geração de reformas neoliberais.

Essas reformulações serão norteadas a partir do caráter atribuído à educação escolar pelos sujeitos políticos coletivos do capital, FMI, BM, UNESCO, dentre outros. Tais organismos entendem a educação escolar a partir de quatro parâmetros: como “alívio da pobreza” nos países periféricos; como uma política internacional de segurança do capital; como uma nova e promissora área de investimento do capital em crise; e como forma de difusão da concepção de mundo burguesa. São nesses moldes que a Reforma da Educação Superior em curso no Brasil, iniciada desde o primeiro governo de FHC e aprofundada no governo Lula, vem sendo apresentada e implementada, como parte constitutiva da Reforma do Estado. (COSTA, 2006, p.3)

Partiremos nossa discussão a partir de dezembro 2004, ano no qual o governo federal por meio do MEC divulgou o anteprojeto de Lei da Educação

Superior definindo algumas das principais diretrizes do reordenamento da educação superior. Entretanto, o anteprojeto se caracterizou como uma grande síntese de todas as leis, decretos e medidas provisórias já encaminhadas, como por exemplo, o Programa Universidade para Todos - PROUNI¹ (Lei 11.096/05) que trata de uma ampliação da isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES² (Lei 10.861/04) integrado ao sistema temos o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE que tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências através de provas objetivas; o decreto 5.205/04³ que regulamenta as parcerias com Fundações, através de parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio é viabilizado a captação de recursos privados para financiar suas atividades; a Lei de Inovação Tecnológica (10.973/04)⁴ que estabelece medidas de incentivo à inovação e pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo com vistas a dar autonomia ao desenvolvimento industrial do país; o Projeto de Lei 3627/2004⁵ que institui o sistema especial de reserva de vagas a estudantes de escolas públicas em especial negros e indígenas; a Medida Provisória n. 208⁶ de 20 de agosto de 2004 que institui a Gratificação de Estímulo à Docência/GED, mantendo a lógica produtivista e meritocrática de avaliação e remuneração do trabalho docente e, o Projeto de Parceria Público-Privada (Lei 11.079/04) que acaba por diluir as fronteiras entre o público e o privado.

Como afirma Costa (2006, p.3) com “[...] relação à expansão da educação superior, podemos perceber que a lógica privatista continua, uma vez que a idéia principal é expandir o ensino superior reduzindo os recursos públicos.” O PROUNI é destaque nesse sentido, pois é a compra de vagas em

¹ Para aprofundar a análise sobre o PROUNI, consultar <http://siteprouni.mec.gov.br/>

² Para conhecer melhor consultar <http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>

³ Entenda melhor em <http://www.adunesp.org.br/reformas/universitaria/Decreto5205-04%20-%20funda%C3%A7%C3%B5es.htm>

⁴ Para esclarecimentos consulte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm

⁵ Consulte mais em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf

⁶ Para aprofundar a questão consulte http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/208.htm

universidades privadas com recursos públicos, dando em troca, isenções fiscais aos empresários da educação.

Para Chauí apud Maciel (2006, p.3), “a universidade brasileira encontra-se, no presente tempo, na transição de um modelo de instituição social para um modelo de organização empresarial”. Nesta lógica cabe ao Estado a partilha dos recursos públicos e naturaliza-se a entrega de verbas públicas para o setor privado e a inserção da lógica mercantil nas instituições de ensino públicas. “O desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização que atinge essa instituição são os pilares de um projeto global que vem contornando as políticas universitárias em nível mundial” (SANTOS apud MACIEL, 2006, p.4).

Assim os preceitos de liberdade acadêmica e do livre pensamento entendidos como a liberdade da universidade definir suas metas, prioridades, currículos e linhas de pesquisa, e certamente ser responsável pelas suas escolhas, apesar de confirmados pelas autoridades do MEC, têm sua aplicabilidade ameaçada pela forte ingerência do Estado na definição de padrões a serem seguidos pelas universidades, tendo como mecanismos de controle o financiamento segundo uma lógica contratualista (veja-se o Plano de Desenvolvimento Institucional) e os diversos instrumentos de avaliação, além da ingerência do capital via financiamento das atividades da universidade. (ROCHA, 2006, p.4)

No Curso de Serviço Social da UFSC não é difícil identificar momentos críticos nos quais a gerência do Estado com vista a expansão sem qualidade da política de reordenamento do ensino superior influenciou na gestão da matriz curricular. Podemos apontar como ápice dessa influência a criação do curso noturno de serviço social em 1999 que praticamente duplicou o número de acadêmicos neste curso sem a mesma proporção de contratação de professores efetivos, funcionários técnico administrativos e correspondente infra-estrutura. Esta situação refletiu na depreciação do processo de ensino/aprendizagem afetando assim o processo de formação profissional. Frente a esta realidade o currículo foi redimensionado para atender todas as disciplinas necessárias, assunto que abordaremos na terceira sessão deste trabalho.

Na realidade brasileira, a complexidade do sistema universitário e as especificidades inerentes ao ensino superior refletem diretamente no processo de formação profissional,

tanto em sua natureza, como no seu conteúdo. Como em outras profissões, o ensino do Serviço Social caracteriza-se pelas particularidades institucionais e também pela diversidade de paradigmas relacionados à natureza de seus conceitos, teorias e métodos de investigação e intervenção na realidade social. (OLIVEIRA, 2004, p.2)

Podemos identificar o estágio supervisionado como uma das disciplinas das diferentes matrizes curriculares mais modificadas no decorrer da existência do curso sempre na perspectiva de adaptação a realidade do curso, como veremos nas seções posteriores. Tais modificações são percebidas tanto pelo número reduzido de professores como pelo grande número de acadêmicos em processo de estágio.

Para subsidiar a reflexão sobre o lugar do estágio supervisionado no currículo do Curso de Serviço Social da UFSC, faz-se necessário a reflexão sobre o significado desta indispensável atividade à formação profissional do assistente social.

1.2 O SENTIDO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Na perspectiva da experiência de aprendizagem na formação profissional em serviço social está previsto o estágio supervisionado como obrigatório, componente essencial do currículo, necessário à apreensão dos conteúdos referentes à correlação teoria-prática. O estágio é considerado por Buriolla “[...] como campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividade de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário [...]” (1995, p.13) levando em consideração a sua formação. Para tanto, iremos aqui conceituar o processo de estágio supervisionado no curso de Serviço Social. Utilizaremos o termo Supervisor de Campo para o profissional que realiza o acompanhamento das atividades práticas do estagiário no campo de estágio e Supervisor Acadêmico ou Supervisor Pedagógico para o profissional responsável pela supervisão na instituição de ensino.

Para se compreender primeiramente o que é ou como se conceitua o Estágio Supervisionado é muito importante para o aluno recorrer ao dicionário esta pesquisa segundo Bianchi auxiliará muito na compreensão:

Estágio s.m. Período de estudos práticos, exigido dos candidatos ao exercício de certas profissões liberais: estágio de engenharia; estágio pedagógico. / Período probatório, durante o qual uma pessoa exerce uma atividade temporária numa empresa. / Aprendizagem, experiência.

Supervisionar v. t. Bras. Supervisar, inspecionar.

Supervisar v. t. Dirigir e inspecionar um trabalho, supervisionar, revisar.(BIANCHI, 2001, p.15)

Bianchi (2001) afirma que ao se analisar o significado das palavras acima, pode-se considerar que o estágio é um período de estudos práticos para aprendizagem e experiência. Envolvendo no processo a supervisão, revisão, correção e exame cuidadoso.

Como enfatiza Buriolla (1995) o estágio se faz presente no curso de serviço social desde a década de 1930 nas primeiras escolas, sendo parte integrante e obrigatória para a formação profissional. No entanto é somente a partir da regulamentação da profissão que entra em vigência uma legislação específica para o estágio no sentido de manter sua qualidade e exigências mínimas, tanto no estágio quanto na supervisão do mesmo. Neste sentido mesmo sendo elemento chave para a formação profissional é possível afirmar que o estágio supervisionado se apresentou de diferentes maneiras e com diferentes abordagens. Em sua última definição podemos destacar:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. PARECER CNE/CES 492/2001

O estágio prepara o aluno para uma vivência profissional colocando-o frente a situações concretas porém com a possibilidade de ajuda de um supervisor profissional, o que lhe permite um aprendizado criativo e crítico frente a atuação do serviço social. A ideia de supervisão está intrinsecamente ligada ao ensino prático, de estágio, conforme afirma Vieira (1979) “aprendizagem por meio de trabalho prático” mais recentemente Buriolla afirma que:

[...] o estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos. (1995, p.17).

Entretanto, cabe a universidade buscar o credenciamento dos locais de estágio para que os profissionais que atuam diretamente na supervisão dos estagiários estejam preparados para tal função. E é no espaço da supervisão acadêmica que o aluno tem a oportunidade de dividir com seu supervisor professor as vivências no campo de estágio e a efetivação da supervisão de campo. Sendo assim a convivência nas aulas de supervisão pedagógica possibilita estudos em grupos e desenvolve um posicionamento crítico perante as demandas, auxiliando na aplicação dos conceitos teóricos apreendidos no decorrer do curso.

Quando o estágio previsto é bem direcionado, acompanhado e executado de acordo com a lei, representa papel decisivo na formação profissional. Ele não deve ser considerado como uma disciplina a mais no currículo, cuja única diferença é não depender de frequência em sala de aula. (BIANCHI, 2001, p.23)

Lewgoy (2009, p.45) aponta a supervisão como processo para a compreensão do fazer profissional, neste sentido “[...] a supervisão de estágio, ao articular formação e exercício profissional, abarca a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, compondo a dinâmica da relação entre teoria e realidade”. A supervisão desenvolvendo papel de orientação segundo Bianchi (2001, p.17) envolve a “metodologia científica – instrumento de trabalho que, além de levar à elaboração de projetos para atuação no estágio, auxilia na redação de relatórios e monografias.” Ao utilizar a metodologia científica, os alunos têm oportunidade de demonstrar sua capacidade na interpretação e aproveitamento de teorias e sua competência ao difundir resultados em linguagem clara e precisa.

Entretanto, Lewgoy (2009, p. 46) afirma que o papel da supervisão não se restringe apenas a procedimentos metodológicos em seu processo de trabalho, e aponta o desafio:

[...] um dos desafios de materialização desse processo organicamente vinculado ao projeto ético-político está na

necessidade de o cotidiano romper com as ações reiterativas e fragmentadas, abrindo espaço para a elaboração de pensamento que siga movimentos lógico-dialéticos na interpretação da realidade com o objetivo de compreendê-la para transformá-la.

Sendo assim falar de supervisão não é apenas falar no conceito de formação, mas sim falar em outros conceitos relacionados como aponta Lewgoy (2009) exemplificando: trabalho, consciência, pensamento, linguagem e competências. O processo não se restringe apenas a interpretação da realidade e nem somente a fatos empíricos:

Esse processo, ao interpretar a realidade, constitui-se em fundamento para a sua transformação em práxis; é entendido como prática articulada à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações do pensamento, como busca de compreensão mais consistente e conseqüente da atividade prática [...] (LEWGOY, 2009, p. 46)

Bianchi (2001) afirma que o estágio supervisionado é uma disciplina do currículo que depende muito do interesse e da dedicação do aluno. Segundo o mesmo não é apenas a nota ou o conceito obtido após a realização do estágio, nem a carga horária cumprida, mas sim saber que foi realizado um trabalho no qual a universidade demonstrou cumprir seu dever de preparar o aluno para uma profissão. No semestre ou ano em que o acadêmico escolhe para realizar o estágio, a partir do indicado pela instituição, o acadêmico deverá ter disponibilidade fora da universidade para executá-lo, necessitando assim de total dedicação e responsabilidade.

[...] tornar-se um profissional competente exige ir além do domínio de conceitos formais; é preciso pensar criticamente no valor de uso efetivo desses conceitos, exercer a criatividade, comprometer-se politicamente [...] (LEWGOY, 2009, p.62)

Esta especificidade do estágio em alguns cursos deve ser cautelosamente observada devido a realidade de seus acadêmicos visto que muitos universitários são jovens trabalhadores que necessitam de seus salários para se manterem na universidade. O perfil do estudante de serviço social da UFSC é justamente este jovem trabalhador que muitas vezes para garantir um campo de estágio necessita abrir mão de seu emprego prejudicando assim sua renda familiar. Conforme esclarece Brejon (1974, p.15) é importante lembrar que “[...] apesar da importância atribuída aos estágios, algumas escolas não estão preparadas para desenvolvê-los racionalmente.”

Desta forma falar sobre supervisão de estágio no Serviço Social é falar no processo de formação profissional observando a realidade vivenciada conforme aponta Lewgoy:

[...] pode-se particularizar a supervisão em Serviço Social como instância do processo de formação profissional, o que impõe vinculação com as Diretrizes Curriculares, e como um legado na formação do Serviço Social, buscando a compreensão dos fatos e dos personagens que fizeram e fazem parte de sua história. (2009, p. 65)

É necessário que se pense o momento conjuntural e a realidade a qual está se tratando, sendo que “[...] a linha da História revela que o conceito de supervisão atende às tendências técnicas predominantes do cenário social de cada época e de cada área profissional.” (LEWGOY, 2009 p.68). Podemos perceber que o processo de formação em serviço social se moldou conforme a sociedade se desenvolvia e o processo de estágio supervisionado adaptou-se a estas transformações e as diretrizes curriculares sem deixar de estar presente em nenhum momento.

A formação profissional compreendida como educação continuada e não simplesmente como uma qualificação adquirida e acabada, durante o período de um determinado curso, necessita ser estudada contextualizando-se a realidade social, expressa pelos aspectos estruturais e conjunturais e pelo sistema educativo, que refletem o movimento histórico da sociedade, e também pela compreensão da própria história da profissão. (OLIVEIRA, 2004, p.2)

Podemos aqui destacar as últimas regulamentações acerca do estágio supervisionado em serviço social que reforçam a importância do estágio e da supervisão reafirmando a necessidade de adaptação dos cursos de serviço social a esta realidade. O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS por meio da Resolução CFESS Nº 533 de 2008 garante a regulamentação da supervisão direta de estágio, no âmbito do Serviço Social, destacando “[...] a importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do assistente social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta [...]”. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS institui a Política Nacional de Estágio em 2009 remetendo ao contexto atual “[...] a urgência na defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana.”

Como atividade indispensável à formação profissional do assistente social, o estágio supervisionado se desenvolve no contexto de uma correspondente matriz curricular, o que implica problematizá-lo a partir do que se compreende como currículo, como o faremos a seguir.

1.3 SOBRE A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Pensaremos o currículo no sentido de caminho, direção que orienta o percurso para atingir a formação profissional. A evolução do currículo não é cronológica, mas relaciona-se às contradições dos momentos históricos possibilitando uma variedade de significados em um mesmo momento. Desta forma, Traldi (1984) afirma que o Currículo tradicionalmente significou uma relação de matérias ou disciplinas, com seu corpo de conhecimentos organizados sequencialmente em termos lógicos. Neste sentido Traldi aponta:

Currículo: termo aportuguesado, vindo do latim “Curriculum”, em sua origem e abrangência significa curso, percurso, carreira, corrida, ato de correr... E aqui se inclui o ato de correr, o modo ou forma de fazê-lo (a pé, de carro, a cavalo...), o local (canha, pista, hipódromo...), o que ocorre no curso ou percurso efetuado... até o término da execução do ato. Portanto, há um todo completo que se compreende no ato e tudo o que ocorre durante a sua execução até o seu complementar. E é exatamente isto que raramente é considerado (TRALDI 1984, p.26)

Para a efetivação de um currículo é necessário que se considere aspectos institucionais e organizacionais como, por exemplo, recursos humanos, materiais e financeiros. No caso da universidade pública é necessário que se pense no corpo docente da instituição e nas possibilidades que a universidade oferece. Em 2010.1 a UFSC conta com vinte e três professores efetivos⁷ e nove professores substitutos, sendo que estes últimos assumem parte significativa da carga horária total das disciplinas, conforme atesta o Plano Departamental Serviço Social – 2010.1.

⁷ Há que se destacar que uma professora efetiva encontra-se cedida ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Independentemente do tipo de vínculo do docente, espera-se que todos os envolvidos no processo de formação estejam cientes e capacitados para a interlocução com o currículo vigente. Traldi citando Klipatrick (1984, p.33), aponta, o docente como tendo papel fundamental nesta interlocução entre currículo e o processo de formação

[...] quando afirma que 'Currículo é uma sucessão de experiências escolares adequadas a produzir, de forma satisfatória, a continua reconstrução da experiência', sendo o papel do mestre preparar o ambiente para que esta sucessão se faça de tal forma que promova o desenvolvimento dos alunos e os faça atingir os fins da autodireção, no redirecionamento de suas capacidades, potencialidades e atividades.

Sacristán (2000, p.16) alerta para que a teorização sobre o currículo deve deter-se nas condições de realização do mesmo, “[...] da reflexão sobre a ação educativa nas instituições escolares, em função da complexidade que se deriva do desenvolvimento e realização do mesmo.” Desta forma a análise do currículo, em seu conteúdo e suas formas, é indispensável para entender a missão da instituição de ensino. “Analisar currículos concretos significa estudá-los no contexto em que se configuram e através do qual se expressam em práticas educativas e em resultados” (SACRISTÁN 2000, p.16). A UFSC tem como missão

produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida. (<http://www.ufsc.br/> acesso em 19/06/2010)

As transformações na sociedade conduzem as universidades a posicionamentos distintos em suas mais variadas direções, conforme apontamos na primeira sessão. A necessidade de mudança nos currículos se apresenta perante a necessidade das profissões sendo que é preciso adaptá-los ao cotidiano

Se o redimensionamento e a expansão da democracia implicam a renovação das instituições, cabe propor a reorganização do currículo e da escola com base na nova

epistemologia e na nova psicologia. Trata-se da promoção de um ambiente escolar favorável: à compreensão profunda da realidade existente (necessária à exploração de outras possibilidades); ao desenvolvimento de novas concepções de conhecimento, de ciência e de verdade; à aceitação e ao diálogo das diferenças e das culturas não-hegemônicas; à formação de subjetividades multidimensionais comprometidas com a solidariedade e com a construção da democracia. (MOREIRA, 1997, p. 26)

Podemos perceber conforme afirma Moreira (1997) que currículo hoje em dia se constitui como alvo privilegiado da atenção de autoridades, políticos, professores e especialistas. Tendo papel de centralidade no cenário educacional brasileiro contemporâneo. Podemos afirmar esta centralidade observando as constantes reformulações dos currículos dos diversos graus de ensino e também pelo aumento da produção teórica neste campo.

O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. tarefa a cumprir tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentalização “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. (SACRISTÁN, 2000, p.17)

Visto assim, conforme aponta Jorge (1994) parece que o currículo está posto para ser sempre pensado e invariavelmente revisto e reformulado por autoridades e especialistas. Entretanto, sabemos que não é desta forma que ocorre. Os processos de mudanças, principalmente se iniciam no âmbito da própria instituição de ensino, os currículos tornam-se, na maioria das vezes, infrutíferos e problemáticos, o que ocasiona certa especulação acerca dos possíveis culpados pelo entrave do processo.

Alguns autores acreditam que atualmente o problema do currículo envolveria muito mais do que conteúdos, processos ou estratégias. Conforme aponta Traldi (1984) o problema atual seria o currículo não estudado neste caso aquele que teria, de fato, impacto sobre os acadêmicos nos fatos importantes referentes, em primeiro lugar, não ao que é ensinado e/ou aprendido nas universidades, mas aquilo que realmente fica no acadêmico por

mudanças cumulativas e que revelam, de certa maneira, competências coletivas. Sendo assim segundo Traldi (1984) podemos relacionar também que o currículo, conforme a sociedade, a cultura e mesmo a época e/ou determinado momento de desenvolvimento da sociedade ou cultura, pode apresentar ênfases curriculares diferentes que vão atender as necessidades daquele momento.

A ênfase dos currículos em formar profissionais capacitados a realidade brasileira se apresenta como desafio a diversas profissões conforme aponta Oliveira (2004, p.3)

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, flexibilidade intelectual no encaminhamento de diferentes situações e capacidade de análise para decodificar a realidade social. Tais exigências inerentes à qualificação profissional competente consistem num verdadeiro desafio para as diferentes profissões. No Curso de Serviço Social, este processo de capacitação continuada tem sido alvo de constantes debates da categoria.

Neste sentido discutiremos a seguir, como o estágio foi contemplado nas diferentes matrizes curriculares adotadas pelo curso de serviço social desde 1970, resgatando-o no contexto da criação do curso, antes mesmo de ser incorporado à UFSC.

2. MUDANÇAS E ALTERAÇÕES NO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC NA PERSPECTIVA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Para que se entenda melhor o lugar do estágio supervisionado no curso de serviço social, esta sessão tem como objetivo apresentar as mudanças nas matrizes curriculares do Curso na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, utilizando como recorte cronológico o período que compreende 1970, ano do primeiro currículo implementado na Universidade, e 1994, ano em se repensa uma nova matriz curricular adaptada as condições da universidade pública brasileira. Antes porem, se procurou resgatar as origens deste Curso.

2.1 O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: DA FUNDAÇÃO VIDAL RAMOS À INCORPORAÇÃO PELA UFSC

Para entender a origem do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina é necessário primeiramente que se apresente a Fundação Vidal Ramos⁸ na qual o curso teve seu início. Segundo informações do estudo realizado por Luiza Gerber⁹ a Fundação foi fundada em três de maio de 1958 para suprir a demanda de profissionais para todo o estado de Santa Catarina. No mesmo sentido os estudos realizados por Nilva Souza Ramos¹⁰ apontam a necessidade de profissionais para atuar no Serviço Social da Indústria - SESI e no Serviço Social do Comércio – SESC como principal demanda para a criação do curso de serviço social no estado de Santa Catarina. Observando esta demanda de profissionais o SESI em 1952 iniciou um sistema de bolsas de estudo no qual candidatos eram encaminhados a Porto Alegre para que estudassem na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica - PUC, no entanto os profissionais que eram destinados a formação através das bolsas muitas vezes não retornavam para trabalhar em Santa Catarina, fortalecendo assim a necessidade de formação em serviço social dentro do estado de Santa Catarina. Neste sentido podemos perceber a

⁸ Em homenagem ao Governador Vidal Ramos pioneiro do ensino primário em Santa Catarina.

⁹ Luiza Maria Lorenzini Gerber - A Formação dos Assistentes Sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958 – 1983) – Florianópolis 2009.

¹⁰ Nilva Souza Ramos – O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis – Porto Alegre 1984.

contribuição que estas entidades tiveram no processo de implementação da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Entretanto sua criação só foi possível com a união de entidades representadas por dirigentes políticos, da classe patronal e da igreja católica. Segundo Gerber (2009) para a criação da Fundação foi necessário que as entidades e pessoas envolvidas realizaram doações de bens e/ou dinheiro para o início dos trabalhos.

Apesar de laica, a Fundação Vidal Ramos seguia o regimento da doutrina social da Igreja Católica. Tendo em vista a consolidação da criação da Fundação foi realizado um convite à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado para implementação do curso. Com a assinatura do contrato entre as instituições finalmente reuniu-se condições para a concretização da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina. Como afirma Ramos (1984) em 11 de junho chegam a Florianópolis as Madres Haydée Pimentel Nunes de Miranda – Vice Provincial e Olma Aquino Casses – Secretária Provincial. No dia 27 de junho as Irmãs Olma e Haydée em visita ao Arcebispo Dom Felício e ao Monsenhor Frederico Hobold receberam a licença da Cúria da irmã Olma Aquino Casses para a fundação da Casa Religiosa. No mesmo mês a Madre Haydée regressou a Porto Alegre e chegou a Florianópolis a Irmã Clementina Tonello que assume os trabalhos junto a assistente social Olma Aquino Casses. Em novembro de 1958 é fundada a Casa de Jesus Crucificado, do Instituto das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, Província do Coração Eucarístico de Jesus em Florianópolis onde tem início a preparação para a fundação da faculdade.

Neste sentido a Fundação formaria assistentes sociais e auxiliares sociais de acordo com a legislação específica de um estabelecimento de ensino superior, mais especificamente de faculdades de serviço social. Em sua criação a Fundação já previa a união com a UFSC, que ainda estava em fase de criação. Somente em 1980 o curso de Serviço Social da Fundação foi integrado à UFSC. E em 1983 ocorreu a incorporação de fato da Faculdade de Santa Catarina à UFSC autorizada pela Lei Federal nº 7100 de 13.06.1983.

Desde o início do curso a coordenação estava sob responsabilidade das Irmãs da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado como relatado anteriormente que tinham além do papel de coordenadoras o papel de professoras de algumas disciplinas. Como afirma Gerber (2009).

[...]é possível fazer a inferência preliminar de que o processo de formação de assistentes sociais, no estado, não se diferenciou do processo ocorrido anteriormente no Brasil e na América Latina, apesar das nuances e características particulares decorrentes das peculiaridades históricas, políticas e econômicas do estado. Pode-se, no entanto, afirmar que a sustentação ideológica e financeira para a criação da referida Fundação provinha da classe patronal, com o apoio e a participação efetiva de representantes da Igreja Católica.

No que se refere ao currículo na pesquisa realizada por Gerber (2009) é possível perceber que na Fundação Vidal Ramos, o currículo anterior a 1970 focava uma formação profissional embasada teoricamente em:

Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Medicina Social e Psicologia, em paralelo à formação específica em Serviço Social através dos três métodos: Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade, com a direção filosófica da Doutrina Social da Igreja. (GERBER 2009).

Podemos observar em Gerber (2009) como a grade curricular disponibilizava as disciplinas neste período

CADEIRAS: Psicologia; Sociologia; Ética Geral; Ética Profissional; Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupo; Serviço Social da Comunidade;
DISCIPLINAS – REGIME OBRIGATÓRIO: Cultura Religiosa, Noções de Direito, Higiene e Medicina Social; Economia Social; Higiene Mental; Legislação Social; Pesquisa Social; Estatística; Atividades de Grupo; Administração de Obras Sociais; Introdução à Filosofia;
DISCIPLINAS – REGIME OPTATIVO: Setor de Família: a) Serviço Social de Família; b) Educação Familiar; c) Economia Doméstica; d) Puericultura; Setor de Menores: e) Serviço Social de Menores; f) Direito do Menor; g) Aspectos psico-pedagógicos da conduta do Menor; Setor Médico-Social: h) Serviço Social Médico; i) Aspectos médico-sociais das moléstias; j) Nutrição; Setor do Trabalho: k) Serviço Social do Trabalho e Técnicas Auxiliares; l) Higiene e Segurança do Trabalho (REGIMENTO INTERNO, 1958 p. 04).

Segundo Gerber (2009) o Curso de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos passou a apresentar uma peculiaridade com relação aos demais cursos por tornar o Estágio Supervisionado o protagonista da formação profissional, através das disciplinas de Serviço Social de Casos, Grupos e Comunidade das

quais falaremos posteriormente, com uma expressiva carga horária, que possibilitava aos acadêmicos desde o primeiro ano ter contato direto com a realidade social, vivenciando o cotidiano das instituições e da comunidade a qual estavam inseridos. O aprendizado do acadêmico não ficava restrito ao ensino formal, o aluno era posto em contato com a realidade possibilitando uma intervenção direta com a realidade.

É a partir da Reforma Universitária de 1968¹¹ que há uma diferenciação entre o ciclo básico e o ciclo profissionalizante do curso de serviço social. Desta forma os alunos que ingressavam no curso tinham que concluir as disciplinas do ciclo básico, que era um ciclo de disciplinas comuns a todos os cursos abrangendo temas comuns a diversas áreas, para então começarem o ciclo profissionalizante, que oferecia disciplinas focadas às áreas de atuação dos cursos. Focaremos esta discussão no item abaixo. O ciclo básico era desenvolvido no campus da UFSC na Trindade enquanto o ciclo profissionalizante era desenvolvido na sede da Faculdade de Serviço Social no centro de Florianópolis.

Gerber (2009) afirma que a relação da Faculdade com a Universidade começou a se mostrar de forma mais clara quando através do Processo nº 10.581/70, Of.nº 58/70 de 25/02/1970, a Reitoria da UFSC, solicitou à Faculdade de Serviço Social a criação de campo de Estágio em Serviço Social junto à Divisão de Assistência e Orientação ao Estudante. De acordo com a criação do novo campo de estágio a Faculdade de Serviço Social indicou a Profª Marilde Rodrigues para coordenar os trabalhos de implantação de Campo de Estágio na Universidade.

No ano de 1979, o curso de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos definitivamente se transferiu para o campus da Universidade, porém pela falta de área física no campus o espaço físico da Fundação Vidal Ramos ainda era utilizado para determinadas aulas, visto que na Universidade não havia espaço

¹¹ “O termo ‘reforma universitária’ tem sido empregado convencionalmente, por estudantes, professores e leigos, para designar as medidas quantitativas e qualitativas a serem tomadas para adaptar o sistema de ensino superior às atuais exigências da situação histórico-social brasileira. Todavia, o volume das exigências quantitativas e o alcance das mudanças que precisariam ser introduzidas para atender as exigências quantitativas indicam que estamos diante de um processo de revolução educacional” (FERNANDES, 1975 p.69)

para todas as turmas. A criação do Departamento de Serviço Social ocorreu anos depois, enquanto se esperava a federalização do curso.

A partir do ano de 1980, já com espaço próprio, a contratação dos professores e funcionários pela Universidade foi possível e pela primeira vez ocorreu eleição para à Chefia do Departamento. Registra-se que no período de 1959 até 1980, a direção da Faculdade foi exercida apenas pelas religiosas.

O breve resgate da história da implantação do curso, nos possibilita abordar na sequência, o estágio supervisionado nas diferentes matrizes curriculares.

2.2 O ESTÁGIO DENOMINADO COMO PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL: O CURRÍCULO DE 1970

Em 1970 é implementado o primeiro currículo, com base no currículo mínimo Parecer 242/70 e Resolução de 13/0370 no curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social.

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE
História	Estudo de Problemas Brasileiros I	Psicologia I
Geografia	Antropologia Cultural I	Inst. Direito Privado
Português	Filosofia I	Direito Público
Matemática	Estatística I	Administração
Sociologia	Economia	Contabilidade I
	Sociologia II	
OPTATIVAS	Desenho, Física, Química e Biologia	

Quadro 1: Ciclo Básico no currículo de 1970.

O currículo implantado no primeiro semestre de 1970 era dividido em dois ciclos. O primeiro, como demonstrado no quadro acima, o ciclo básico que era comum a todos os cursos. Na terceira fase ainda no ciclo básico as

disciplinas eram comuns apenas a alguns cursos, a disciplina de Psicologia I era aplicada a todos os cursos enquanto as disciplinas de Instituição de Direito Privado, Instituição Direito Público e Administração eram comuns aos cursos de Direito, Serviço Social, Administração, Economia, Contabilidade, Licenciatura em Pedagogia e Filosofia. Já a disciplina de Contabilidade I era comum aos cursos de Direito, Serviço Social, Administração e Contabilidade.

4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE
Economia Social	Pesquisa Social II	Serviço Social de Casos II	Administração em Serviço Social	Estudo dos Problemas Brasileiros II
Higiene e Medicina Social	Psicologia III	Política Social	Higiene Mental	Ética Profissional
Pesquisa Social I	Serviço Social de Casos I	Serviço Social de Grupos II	Direito	Serviço Social de Comunidade IV
Psicologia II	Serviço Social de Comunidade I	Serviço Social de Comunidade II	Legislação Social	Serviço Social de Casos IV
Sociologia IV	Serviço Social de Grupos I	Cultura Religiosa	Serviço Social de Comunidade III	Orientação de TCC
Teoria Serviço Social I	Teoria de Serviço Social II	Prática do Serviço Social III	Serviço Social de Grupo III	Prática do Serviço Social V
Prática do Serviço Social I	Prática do Serviço Social II		Serviço Social de Casos III	
			Prática do Serviço Social IV	

Quadro 2: Ciclo Profissionalizante no currículo de 1970.

Na quarta fase, como demonstrado acima, iniciava-se o segundo ciclo. O ciclo das disciplinas profissionalizantes as quais eram específicas as áreas de atuação profissional do Serviço Social:

Nesta perspectiva segundo Silva (1984) a formação profissional do assistente social apresenta ênfase na instrumentalização técnica, com a

valorização do método, no âmbito da influência norte-americana que foi importada progressivamente. Com os métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, com destaque neste currículo para:

- Serviço Social de Casos segundo Gerber (2009) enfatizava seu histórico e sua evolução determinava sua natureza, definições, finalidades, características e fundamentos; “[...] aspectos genéricos e específicos do Serviço Social de Casos, com as duas operações básicas (estudo social e diagnóstico social) e as fases fundamentais do método [...]” baseava-se no estudo social, através de seus instrumentos, sendo alguns deles a entrevista e o diagnóstico social. “[...] o Serviço Social e a comunidade, as obras sociais, considerações e conhecimentos; o Assistente Social: vocação, qualidade, formação.”
- Serviço Social de Grupos como aponta Gerber (2009) a disciplina compreendia: “[...] histórico e definições; grupos em Sociologia: conceitos, tipos, determinantes; grupos em Serviço Social: conceitos, constituição, estrutura, fatores a ter em conta na formação do grupo [...]” o papel do assistente social, alguns dos princípios do Serviço Social de Grupos; compreendia o conhecimento sobre Centros Sociais e Clubes no Serviço Social de Grupos suas atividades e lideranças. Estudava-se o Serviço Social de Grupos em instituições fechadas para menores e em hospitais.
- Serviço Social de Grupos segundo Gerber (2009) eram abordados múltiplos temas, “[...] entre eles o conhecimento prévio dos alunos, os tipos de grupos, comportamento do indivíduo, conceitos de Serviço Social de grupos, metodologia, reunião, relação, interação, liderança [...]” identificação de característica dos grupos. Visitas a instituições e obras sociais. Abordava-se “[...] documentação, estudo de relatórios, onde o Serviço Social de grupos era aplicado; avaliação do grupo; recrutamento; supervisão; o Serviço Social de grupos e o Serviço Social de comunidade.” Com temática semelhante, a disciplina Atividade de Grupo, se destinava a relacionar as disciplinas entre si.

No currículo de 1970 o Estágio Supervisionado se apresentava como parte integrante da formação do assistente social e tinha por objetivo dar ao aluno a oportunidade de sob supervisão de assistentes sociais praticar o serviço social em instituições que possibilitassem o desenvolvimento de

habilidades específicas dentro da realidade vivenciada e de acordo com os conhecimentos adquiridos teoricamente. Entretanto neste período a disciplina de estágio era denominada Prática do Serviço Social, era considerado supervisor apenas o profissional do campo de estágio, o professor era denominado como Orientador de Atividades Práticas, conforme Manual de Estágio (1974, s/p) que definia as atribuições como:

Professor Orientador: Reunir-se semanalmente com os alunos da respectiva fase, para orientação do programa a ser desenvolvido durante o semestre; Ouvir os interesses dos alunos em relação aos Campos de Estágio, orientando-os; Estudar com o Coordenador do Setor de Estágio o encaminhamento dos alunos da respectiva fase que orienta; Reunir-se com supervisores e professores; Visitar os campos de Estágio; Analisar as avaliações encaminhadas ao Setor de Estágio, obedecendo os seguintes critérios: Verificar: a) a integração do estagiário; b) se o desenvolvimento do estagiário corresponde a orientação da Faculdade de Serviço Social; c) o sistema de supervisão; d) horas de estágio; e) desenvolvimento profissional do aluno.

O Supervisor: Deve ser Assistente Social formado, indicado pela Entidade e credenciado pela Faculdade de Serviço Social, atendendo os seguintes quesitos: Ser inscrito no CRAS-10ª Região; Ter experiência que comprove sua capacidade para o exercício das funções de supervisor (apresentação do Curriculum Vitae); Ter bom relacionamento profissional na unidade de trabalho e na comunidade; Ser atualizado profissionalmente possibilitando o relacionamento da teoria à prática do Serviço Social; Possuir esclarecimento de supervisão.

Acadêmico: É em função da formação profissional do aluno que se realiza o estágio. Portanto, deve receber da Escola e da Entidade preparo suficiente para usufruir os benefícios e vantagens que o estágio possa oferecer-lhe. O aluno deve assumir a responsabilidade em relação a: Funções que lhe forem atribuídas; Prestação de serviços em bases técnicas, de acordo com o seu adiantamento escolar; Conduta profissional condizente com os princípios éticos do Serviço Social; Integração à Entidade como membro participante de sua estrutura; Assiduidade e pontualidade; Encaminhamento periódico da documentação ao supervisor, a fim de possibilitar a supervisão; Manter em dia o seu Diário de Estágio.

Segundo o Manual de Estágio (1974, s/p) tendo início na quarta fase do curso, o estágio supervisionado neste período era realizado apenas para a observação, para entender e conhecer a instituição. Na quinta fase desenvolvia-se estudo da entidade, diagnóstico e tratamento de casos menos

complexos. Neste momento o acadêmico era introduzido em atividades de pesquisa, entrevista, reunião e documentação. A sexta fase era destinada a dar continuidade ao trabalho exercido na quinta fase, porém dando ênfase ao serviço social de grupos, através de orientação e coordenação de grupos sociais. Na sétima fase orientava-se os acadêmicos a dar continuidade ao trabalho feito na fase anterior, porém dando ênfase neste momento ao serviço social de casos. Na oitava fase o estagiário tem oportunidade para aprofundar a prática do serviço social através de reflexão e análise dos processos aplicados nos programas e/ou projetos em desenvolvimento no seu campo de estágio.

Em todas as fases o acadêmico deveria entregar os trabalhos necessários para avaliação como: plano de estágio, diário de estágio, relatório dos trabalhos desenvolvidos, relatório de avaliação semestral. Ficando a avaliação a cargo do professor orientador e do supervisor que encaminhava uma nota a universidade.

No período entre o currículo de 1970 e o currículo de 1982 foram realizadas algumas alterações no currículo do curso de serviço social no intuito de adaptar as disciplinas as demandas e necessidades do estado observadas pelo corpo docente, no entanto as mudanças não têm referência a prática profissional.

Enquanto na década de 1970 o Curso de Serviço Social em Santa Catarina se adaptava ao novo espaço próprio, e pela primeira vez com seus professores contratados pela Universidade, a categoria em uma perspectiva geral se moldava ao movimento de reconceituação do Serviço Social que teve como alavanca inicial o Encontro de Araxá¹², em 1967, e o Encontro de Teresópolis¹³, em 1972, segundo Silva:

Ambos explicitam e reafirmam o paradigma tradicional do Serviço Social que se voltava para a integração social,

¹² Segundo Iamamoto (2002) O encontro de Araxá junto com o encontro de Teresópolis foram os exemplos mais expressivos do movimento de reconceituação do Serviço Social através dos seminários de “Teorização de Serviço Social” estes encontros promovidos pela CBCISS com o apoio de órgãos governamentais e patronais tiveram ampla repercussão nacional e internacional entre assistentes sociais.

¹³ Como resultados destes encontros temos: o “Documento de Araxá” na Revista Debates Sociais, nº4, ano III, Rio de Janeiro, CBCISS, maio/1967; e o “Documento de Teresópolis – Metodologia do Serviço Social” na Revista Debates Sociais. Suplemento nº4, 5ªed., Rio de Janeiro, CBCISS, maio/1978.

preconizando a perspectiva de modernização assumida como a tendência mais forte do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil, no seu início (SILVA 1984, pg.15).

O serviço social neste momento assume uma perspectiva marxista de forma estruturalista no contexto brasileiro segundo Silva (1984) com principal influência de Althusser “sobretudo através da concepção das instituições como aparelhos ideológicos do Estado, eclodindo um movimento de negação da prática institucional, com ênfase na prática política”, apresentando o desenvolvimento do processo de renovação da profissão, na percepção de uma clara “[...] intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional” (NETTO, 2008, p.159).

E é Segundo Silva (1984) a partir de 1978 quando Gramsci é traduzido pela primeira vez no Brasil que o Serviço Social assume uma perspectiva dialética, baseando-se em uma concepção de Estado Ampliado no qual:

A instituição é colocada como espaço contraditório e de luta de classe, pelo que vem se desenvolvendo esforço de fortalecimento da prática institucional aliada aos movimentos populares, a partir da qual o objeto do Serviço Social se expressa pelas relações sociais e seu objetivo é transformação social, configurando-se, pela primeira vez, uma dicotomia entre os objetivos institucionais e os da prática profissional (SILVA 1984, p.15).

Silva (1984) aponta para a crise vivida pela universidade brasileira que neste período enfrenta: a crise política marcada pela falta de autonomia; a crise econômica, dado baixo investimento em ensino no país; a crise cultural apresentada pela falta de educação crítica, historicamente vivenciada no Brasil. Neste sentido percebe-se que a formação de assistentes sociais neste momento no Brasil é por meio de Universidades que incorporaram as Faculdades de Serviço Social que em sua maioria eram ligadas a Igreja Católica e por instituições privadas que ganham destaque na formação de profissionais assistentes sociais.

É somente após 1980 que se pode afirmar, segundo Silva (1984, p.49):

[...] que segmentos do serviço social, no Brasil, começam a assumir a perspectiva dialética da reconceituação, buscando formular um quadro de categorias que permita um entendimento global da sociedade, em termos estruturais e conjunturais [...]

E é no Congresso da Virada¹⁴ que se constitui um serviço social crítico amparado pelo movimento de reconceituação, colaborando na criação de bases teóricas e político-organizativa da profissão. Transformando este processo coletivamente construído o que denominamos de projeto “ético-político-profissional”

Neste sentido se faz necessário uma revisão na formação dos profissionais de serviço social, para capacitá-los a uma visão de realidade determinada pelas contradições das classes fundamentais, a sensibilização da categoria pelas reivindicações e organização das classes subalternas a novas abordagens para fazer frente às demandas sociedade.

2.3 CURRÍCULO DE MÍNIMO 1982: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO COMO UM APÊNDICE

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS – dedicou-se a discutir por alguns anos, nas unidades de ensino sobre as temáticas: prática profissional e prática de ensino na formação de assistentes sociais. Os resultados destas discussões foram levados as Convenções Nacionais da categoria realizadas em Belo Horizonte e Natal. Esta ampla discussão resultou em um documento básico que foi transformado em proposta de revisão curricular encaminhada ao Conselho Federal de Educação para conhecimento e possível aproveitamento.

Desta forma em 23 de setembro de 1982 Conselho Federal de Educação, aprova a proposta de currículo mínimo para o curso de serviço social que diz:

Art. 1º O Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

a) Área Básica
Filosofia

¹⁴ Foi 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) - o Congresso da Virada - Seminário que marca o momento de ruptura do Serviço Social com uma prática conservadora. Realizado em São Paulo, em 1979. A partir daí o Serviço Social ganhou um novo direcionamento político e começou a construir o seu Projeto Ético Político Profissional - PEP.

Sociologia
Psicologia
Economia
Antropologia
Formação Social, Econômica e Política do Brasil
Direito e Legislação Social

b) Área Profissional

Teoria do Serviço Social
Metodologia do Serviço Social
História do Serviço Social
Desenvolvimento da Comunidade
Política Social
Administração em Serviço Social
Pesquisa em Serviço Social
Ética Profissional em Serviço Social
Planejamento Social
(Resolução nº06, de 23 de setembro de 1982)

Para o estágio definiu-se no currículo mínimo sua obrigatoriedade, entretanto a duração do período de estágio passou a ser de no mínimo 10% da carga horária total do curso, ficando a critério de cada unidade de ensino decidir sua carga horária no currículo. Possibilitando assim uma grande perda no processo de estágio sendo que as unidades de ensino que definiriam a importância da carga horária destinada ao estágio e sua supervisão. Uma grande diferença do currículo vigente para o currículo de 1982 foi a separação dos cursos, continuava-se dividindo o currículo em ciclo básico e profissionalizante, porém focavam-se as disciplinas especificamente ao curso que se destinava. A proposta definia os ciclos como:

Art. 3º [...] conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitam a formação do assistente social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura.

Art. 4º [...] conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do serviço social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados. (Resolução nº06, de 23 de setembro de 1982)

As unidades de ensino deveriam se adequar ao novo currículo mínimo em um prazo de dois anos. Nesta perspectiva é apenas em 1985 que a Universidade Federal de Santa Catarina adota o currículo mínimo implementado em 1982. Focando o Estágio Supervisionado em duas fases, sétima e oitava, com carga horária de 540 horas, tendo como base o Parecer

nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82, anexo B, ficando como disciplinas do primeiro ciclo:

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE
Estudo de Problemas Brasileiros I	Teoria Sociológica I	Teoria Sociológica II
Sociologia Geral I	Psicologia II	Filosofia II – Sist.Filos.
Filosofia I	Teoria do Conhecimento I	Introdução a Metodologia do Serviço Social
Psicologia Geral I	História do Serviço Social	Psicologia III
Metodologia Científica	Antropologia Cultural I	Fundamentos do Serviço Social
Introdução ao Serviço Social	Estudo de Problemas Brasileiros II	Legislação Social
História Sócio Econômica Política Brasileira	Instituições de Direito Privado II	
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Língua Estrangeira, Português I-B, Comunicação, Eco. Desenv. e Ed. Mesológica, Antropologia Social, Psicologia da Aprendizagem, Relações Humanas, Cultura e Personalidade, Dinâmica de Grupo, Sociologia Geral II, Cultura Brasileira, História Social Política Econômica América Latina., Saúde e Comunidade, Seminários do Serviço Social I e Gerontologia Social.	

Quadro 3: Ciclo Básico do currículo de 1985.

No ciclo profissionalizante os acadêmicos deveriam fazer no mínimo doze créditos de disciplinas optativas. A separação dos currículos por cursos foi um grande avanço no que se refere a formação profissional no entanto a divisão do curso em ciclo básico e profissionalizante mostra uma separação na concepção do fazer profissional, persiste a divisão em teoria e prática como ações de focos diferenciados.

No ciclo básico os acadêmicos deveriam fazer no mínimo 12 créditos de disciplinas optativas. O ciclo profissionalizante tem início na quarta fase e foi organizado da seguinte forma:

4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE
Economia Social	Política Social	Planejamento em Serviço Social	Síntese do Serviço Social	Política Social em Serviço Social
Introdução a Ciência Política	Pesquisa em Serviço Social II	Administração em Serviço Social	Supervisão em Serviço Social	Orientação de TCC II
Pesquisa em Serviço Social I	Teoria e Metodologia do Serviço Social II	Teoria e Metodologia do Serviço Social III	Orientação de TCC I	Estágio Supervisionado em S.S.II
Antropologia Filosófica I	Ética profissional em Serviço Social	Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade	Estágio Supervisionado em S. S. I	
Teoria e Metodologia do Serviço Social I	Serviço Social na Realidade Catarinense			
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Antropologia Filosófica I, Antropologia Filosófica II, Fenomenologia e existencialismo, História da Filosofia IV, História da Filosofia V, Antropologia Cultural II, Psicologia Diferencial, Asp. Psic.. Ped. Da Cond. Menor, Metodologia da Pesquisa Histórica, Higiene e Segurança do Trabalho, Higiene Mental, Probl. Econ. Contemporâneos, Serviço Social na Previdência Social, Serviço Social na Saúde, Serviço Social na Educação, Serviço Social na Família, Serviço Social no Trabalho, Seminários do Serviço Social II.			

Quadro 4: Ciclo Profissionalizante do currículo de 1985.

Analisando o período, pode se dizer que a década de 1980 é um marco no que consiste ao desmonte do processo de estágio em serviço social sendo que conforme o Parecer nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82 que apontam o currículo mínimo para o curso de Serviço Social, destina-se ao estágio supervisionado o mínimo 10% de sua carga horária total do curso o que totaliza duzentas e setenta horas no currículo mínimo. A UFSC neste período optou por reduzir o estágio supervisionado apenas a sétima e oitava fases do curso, isto posto mostra um contraste evidente ao currículo de 1970 o qual dispunha o estágio em cinco fases.

Na perspectiva do novo currículo cabe aqui ressaltar que o foco da formação profissional, adotado pelo ciclo profissionalizante, passou a ser discutido de forma mais ampla através da discussão de articulação de ensino/aprendizagem como mostra Carvalho (1986):

[...] a formação profissional não se confunde com a simples preparação para o emprego, não se limita ao processo que se

restringe a formar quadros profissionais. É, sim, um projeto educacional que articula ensino/pesquisa/extensão orientado por diretrizes básicas.

Esta dimensão de discussão entre a articulação da teoria e da prática é vista em um cenário de um país, conforme afirma Carvalho (1986), em pleno contexto de uma crise econômica e de um processo de redemocratização onde os trabalhadores e os setores populares colocam-se como força social no cenário político. Neste momento também se configura um novo momento na Universidade Brasileira no qual:

[...] as forças da comunidade universitária – professores, estudantes e funcionários – vêm, na luta organizada, conquistando um espaço, expressando-se politicamente através do Movimento Docente e de Funcionários e do Movimento Estudantil que, nesta conjuntura contraditória da Nova República, vêm apresentando e defendendo uma proposta de reestruturação da Universidade Brasileira centrada na redemocratização, autonomia, condições objetivas de trabalho em termos de um padrão único para a Universidade. (Carvalho, 1986)

A reforma curricular foi centrada na crítica ao sistema capitalista, nas discussões e debates sobre a implementação de políticas sociais e no fortalecimento dos movimentos sociais como alternativa de ação profissional, com vistas a transformação social, que passa a caracterizar a formação em serviço social, nos anos 80. Ao repensar sua prática, os profissionais de serviço social começam a questionar a sociedade capitalista e passam a buscar uma nova ordem social, que supere a exploração e a desigualdade social.

O movimento de reconceituação, apesar de não ter alcançado todas as respostas a que se propôs, contribuiu sobremaneira para a compreensão da categoria a respeito da contradição que ainda permeava o trabalho do assistente social, tanto internamente, enquanto classe profissional, quanto externamente, enquanto trabalhador. Em decorrência deste movimento, que possibilitou à categoria a superação e a ultrapassagem da concepção de que o serviço social deveria se restringir a uma atividade meramente “técnica”, a profissão reconheceu a necessidade de que fossem revistas e reorientadas as suas ações profissionais. O processo de revisão fez parte de uma tendência

que extrapolou o universo exclusivo da profissão. Nesta perspectiva de revisão Amaral (2008) afirma:

O profissional em Serviço Social haveria de posicionar criticamente ante as funções objetivas da profissão, e esse posicionamento passa pela revisão dos fundamentos em que se circunscreve a sua análise. A expressão desenvolvimento analítico, que aparece neste enunciado, aponta, pois, para estudo, reflexão crítica, análise sistemática com base em fundamentos teóricos definidos que permitam o desvelamento da realidade em que o Serviço Social está inserido.

Frente a esta realidade, os cursos de Serviço Social buscaram identificar e definir o espaço da categoria dentro do sistema capitalista, para propor um projeto de formação profissional onde fossem contempladas a formação crítica e política, que favorecesse a compreensão da realidade brasileira, a capacitação teórico-prática para trabalhar nas condições reais e, finalmente, a capacitação para a produção de conhecimento sobre a prática profissional e a realidade em que estava inserida. O Serviço Social vive então um processo de radicalização teórico crítica, que vai refletir não somente na formação profissional do assistente social, mas também na revisão do Código de Ética Profissional¹⁵ aprovado em 1986 que em seu conteúdo aponta “[...] princípios e diretrizes norteadores da prática profissional determinados socialmente, e traz a marca da conjuntura atual da sociedade brasileira” e apresenta-se como “[...] parâmetro para o profissional se posicionar diante da realidade, disciplinando o exercício profissional no sentido de dar garantia à nova proposta da prática dos Assistentes Sociais.”

O serviço social se posiciona frente a luta pela ampliação da cidadania¹⁶ buscando assim a efetivação de direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos como afirma lamamoto (2007):

Uma cidadania para todos, extensiva ao conjunto dos segmentos trabalhadores na sua heterogeneidade. Mas também uma cidadania impulsionadora de novos direitos, que contribua na luta para a ampliação da legalidade institucional.

¹⁵ Código de Ética Profissional do Assistente Social. Aprovado em 9 de maio de 1986.

¹⁶ No século XX, T. H. Marshall (1967) surge como o primeiro autor a analisar a questão da cidadania em uma sociedade de classes. Segundo ele, a cidadania moderna desenvolveu-se a partir de três elementos: o direito civil, o direito político e o direito social. Se o reconhecimento desses três direitos fosse alcançado, a sociedade de classes conseguiria conviver com o paradoxo formado pela igualdade de direitos e pela desigualdade do mercado.

Requer a defesa intransigente das conquistas sociais obtidas na Carta Constitucional de 1988 em sua dimensão de universalidade, ameaçadas pelas políticas neoliberais. A luta pela manutenção do caráter universalizante das políticas sociais públicas – em especial a seguridade social- no seu tripé formado pela previdência, saúde e assistência social – é um desafio que se atualiza no dia-a-dia do assistente social.

Neste sentido a Constituição de 1988 se torna um marco na luta dos assistentes sociais pela efetivação dos direitos. Reafirmando o desafio de tornar os espaços de trabalho em espaços públicos de trabalho. Permitindo assim que a sociedade faça parte do que lhe diz respeito.

2.4 CURRÍCULO DE 1991: AS DISCIPLINAS DE PRÁTICA INTRODUZINDO O ESTÁGIO

Partindo da premissa de que o currículo é um processo em movimento que tem que se adaptar as necessidades observadas desde a implantação do currículo de 1985 o curso de serviço social da UFSC realizou avaliações para adaptar a formação profissional às demandas emergentes da atualidade. Em 1990 o curso de serviço social inicia um processo de reconfiguração do currículo do curso. Novamente focado em um movimento de articulação do Ensino/Pesquisa/Extensão. Primeiramente elaboram duas propostas, que foram condensadas em uma reforma curricular parcial adotada a partir de 1991.

A centralidade desta mudança foi a criação da disciplina “Atividades Práticas” em núcleos de estudos os quais ampliavam a possibilidade de debates abrangendo uma realidade mais complexa através dos denominados Núcleos de Estudos: Serviço Social e Saúde; Serviço Social e Trabalho; Serviço Social e a Criança e o Adolescente; Serviço Social e o Trabalho Social com a população. Conforme apontam os documentos da reforma a mesma se moldou como uma proposta de ensino pluralista privilegiando uma tendência crítico-dialética, inspirada principalmente em articular o ensino e o estágio curricular, a pesquisa e a extensão, como partes de uma totalidade dinâmica na prática do serviço social. Como mostra a grade curricular abaixo:

1ªFASE	2ªFASE	3ªFASE	4ªFASE	5ªFASE	6ªFASE	7ªFASE	8ªFASE
Sociologia Geral	Teoria Sociológica A-I	Teoria Sociológica A-II	Economia Social	Política Social	Teoria e Método no Serv. Social V	Teoria e Método no Serv. Social VI	Or. de Tr. e Conc. de Curso II (TCC)
História do Serviço Social I	História do Serviço Social II	Instit. de Direito Privado II	Introdução à Ciência Política A	Legislação Social	Serv. Soc. E Desenv. de Comum. I	Serv. Soc. E Desenv. de Comum. II	Estudo de Problemas Brasileiros II
Prática de Inv. em Serviço Social I	Teoria e Método no Serv. Social I	Teoria e Método no Serv. Social II	Antropologia Cultural B	Teoria e Método no Serv. Social IV	Administração em Serviço Social	Pol. E Planej. em Serv. Social	
Metodologia Científica	Prática de Inv. em Serviço Social II	Prática de Inv. em Serviço Social III	Teoria e Método no Serv. Social III	Pesquisa em Serviço Social II	Supervisão em Serviço Social	Or. de Tr. e Conc. de Curso I (TCC)	
Filosofia I – Teoria do Conhecimento	Filosofia II – Filo. da Ciência	Estudo de Problemas Brasileiros I	Pesquisa em Serviço Social I	Ética Profissional em Serviço Social	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	Estágio Supervisionado em Serviço Social III	
Hist. Econ. Soc. e Pol. do Br.	Antropologia Filosófica I	Antropologia Filosófica II	Prática de Inv. em Serviço Social IV	Estágio Supervisionado em Serviço Social I			
Psicologia I	Psicologia II	Psicologia III					
Dinâmica de Grupo	Educação Física Curricular II						
Educação Física Curricular I							
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Estat. Apl. As Ciências Sociais; Saúde Mental; Comunicação; Cultura Brasileira; Gerontologia Social; Serv. Social e Seguridade Social; Serviço Social e Saúde; Serviço Social e Educação; Serviço Social e Família; Serviço Social e Trabalho; Instr. E Tec. de Serviço Social; Seminário de Serviço Social; Filosofia da Educação I; Sistemas Filosóficos; Epistemologia das Ciências Humanas; Ética I; Ética II; Filosofia Política I; Filosofia Política II; História da Filosofia IV; História da Filosofia VII; História da Filosofia VIII; Geografia da População; Inglês Instrumental; Francês Instrumental; Espanhol Instrumental; Alemão Instrumental; Italiano Instrumental; Teoria e Prática de Redação; Português Prático – Redação I; Asp. Psic. E Soc. Na Inf. E Adol.; Psicologia do desenvolvimento IV; Saúde e Comunidade; Higiene e Seg. no Trabalho.						

Quadro 5: Grade curricular implementada em 1991.

As disciplinas optativas poderiam ser cursadas a qualquer momento do curso tendo como carga mínima obrigatória total 162 horas/aula. O estágio neste currículo teve um destaque peculiar, no qual era contemplado pelas disciplinas de Prática Investigativa I, II, III e IV e Projetos de Pesquisa I e II que possibilitavam uma interlocução com a realidade econômica cultural e sócio-política perante a prática profissional, possibilitando assim uma instrumentalização para as escolhas de estágio curricular.

Neste período o estágio curricular estava ligado aos sub-núcleos de estágio os quais eram espaços para articulação entre professores supervisores, supervisores de campo e alunos debateriam sobre as questões teórico - práticas e demandas vivenciadas na dinâmica institucional. Conforme aponta as Diretrizes de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social (1991 s/p):

Art. 23 – O Sub-Núcleo de estágio constitui-se em um espaço de mediação entre o curso de SS e o campo de estágio.

Art. 24 – Os Sub-Núcleos de estágio serão regulamentados a partir das diretrizes gerais do estágio curricular do curso de SS.

Art. 25 – Farão parte dos Sub-Núcleos: professores supervisores, supervisores de campo e todos os estagiários matriculados no Estágio I, II e III.

Art. 26 – Os Sub-Núcleos se organizarão a partir de áreas de concentração das práticas desenvolvidas nas Instituições campo de estágio.

Art. 27 – Compete aos Sub-Núcleos de estágio:

I – Articular o espaço de reflexão e análise da prática de estágio dos acadêmicos de SS.

II – Realizar reuniões sistemáticas, encontros e debates, para que a prática de estágio seja repensada e fortalecida, definindo novas formas de invenção profissional.

III – Inserir-se na dinâmica dos núcleos de Estudo como instância de discussões das políticas sociais e da prática profissional do SS.

Neste período podemos perceber que a finalidade do estágio supervisionado era proporcionar ao acadêmico aprendizado teórico - prático vislumbrando sua formação profissional capacitá-lo a compreender e analisar criticamente a realidade social e habilitá-lo a propor e intervir na dinâmica institucional. O Estágio I era desenvolvido com vistas a orientação para o conhecimento, o Estágio II era desenvolvido para orientação para a intervenção e o Estágio III era para orientação para a sistematização da prática. Para poder contemplar suas finalidades foi definido nas Diretrizes de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social (1991 s/p) as competências do professor supervisor:

At. 11º - A função do professor supervisor é de competência de professor lotado no DSS que, além de ministrar disciplina do currículo, participará das atividades desenvolvidas pelos sub-núcleos de estágio.

Art. 12º - Compete ao professor supervisor:

1 – Acompanhar, coordenar e orientar os sub-núcleos de estágios articulando o eixo ensino, pesquisa, extensão e estágio;

- 2 – Interpretar as diretrizes do estágio curricular do curso de SS. os objetivos, composição e estratégias dos núcleos de estudo, sub-núcleos de estágio em suas dimensões teórico, práticas e políticas;
- 3 – Orientar a elaboração do projeto de investigação da prática e ou projetos de pesquisa, relacionados com estágio curricular;
- 4 – Orientar a elaboração do relatório semestral de avaliação do estágio;
- 5 – Analisar os relatórios semestrais de estágio, de forma a oferecer subsídios para repensar o processo político pedagógico do curso de SS;
- 6 – Participar da avaliação do processo de ensino-aprendizagem do estágio curricular e o seu rebatimento na formação profissional.

As atribuições destinadas aos supervisores de campo são detalhadas da seguinte forma pelas Diretrizes de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social (1991 s/p):

Art. 13º - A função de supervisor de campo é exercida por profissionais de Serviço Social, indicado pela instituição e credenciado pelo Departamento de Serviço Social.

Art. 14º - O supervisor deverá atender aos seguintes requisitos:

- I – Estar inscrito no CRAS/12ª Região;
- II – Ter experiência profissional comprovando o exercício de suas funções mediante a apresentação de “Curriculum Vitae”;
- III – Participar dos núcleos de estudo e sub-núcleos de estágio do DSS referente a área específica de sua prática profissional.

Art. 15º - Compete ao supervisor de campo:

- I – Realizar periodicamente a prática de supervisão pedagógica procurando desenvolver a criatividade do aluno em relação a realidade social, institucional e o projeto de formação profissional;
- II – Subsidiar a compreensão da realidade social e institucional na qual o aluno está inscrito;
- III – Proporcionar ao aluno a compreensão teórica metodológica da problemática social específica do campo de estágio;
- IV – Orientar o aluno na investigação da prática do SS. e da problemática Social da Instituição;
- V – Favorecer ao aluno reflexões e síntese de sua prática, tendo por base a compreensão da interrelação teórica-prática;
- VI – Encaminhar relatório de avaliação semestral de estágio, identificando o desempenho do aluno e objetivos atingidos à coordenadora dos sub núcleos de estágio.

§ único – O não encaminhamento do relatório semestral de avaliação de desempenho do aluno, bem como a nota de estágio e o total de horas de estágio cumpridas no semestre dentro do prazo fixado pelo DSS, implicará na reprovação do aluno no estágio. (Diretrizes de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social 1991 s/p)

Analisando as diretrizes de estágio percebe-se que a relação dos supervisores de campo e pedagógicos nas definições de papéis era mais próxima tendo em vista que uma das atribuições é de que os mesmos deveriam participar dos sub-núcleos, possibilitando assim uma maior aproximação do supervisor professor da realidade vivenciada pelo acadêmico supervisionado. Podendo facilitar a resolução de problemáticas referentes ao estágio.

Entretanto a dinâmica em que se desenvolvia o estágio não agradou por muito tempo sendo que em 1994 percebe-se o descontentamento das partes envolvidas o que desencadeia uma revisão na organização do processo e para isso realizam um encontro de avaliação da formação profissional do curso de serviço social da UFSC com a participação de supervisores acadêmicos de campo e alunos, avaliação na qual passou a questionar alguns pontos no desenvolvimento do processo de estágio. Através de Relatórios do Departamento (1994 s/p) percebe-se que os pontos levantados pelos supervisores foram:

- Desconhecimento do currículo e conteúdo programático das disciplinas;
 - Desconhecimento dos critérios para a seleção de campos e acompanhamento da Universidade nestes campos;
 - Papel da coordenação de estágios;
 - Revisão de formas de funcionamento dos núcleos.
- Relatórios do Departamento. (1994 s/p)

Na perspectiva de solucionar as problemáticas levantadas foram sugeridas as seguintes mudanças:

- Visita da coordenação nos campos de estágio para abertura de campos, com vistas à avaliação, o que evitaria a abertura de campos inadequados;
 - Visita da coordenação nos campos, semestralmente, para acompanhamento direto; diminuir o distanciamento entre Universidades e campos de estágio;
 - Articulação dos diversos núcleos, através de encontros gerais para discussão de temas comuns ao estágio;
 - Discussão das diretrizes de estágio no início de cada semestre com supervisores, alunos e professores;
 - Participação preferencial dos supervisores nas bancas de TCC, e/ou pessoa ligada à instituição;
 - Maior rigor na avaliação dos alunos durante o curso;
 - Valorização dos campos de estágio;
 - Revisão do horário das aulas do estágio.
- (Relatórios do Departamento 1994 s/p).

Os pontos levantados pelos supervisores apontam para a necessidade de mais envolvimento conjunto na formação de profissionais mais capacitados a intervir nas demandas cotidianas. Solicitando um maior envolvimento da coordenação do curso no campo de estágio de seus acadêmicos. E um maior conhecimento por parte dos supervisores da preparação acadêmica que os alunos estariam tendo, através do conhecimento do currículo.

A análise realizada pelos acadêmicos aponta para uma direção parecida com a dos supervisores. Os acadêmicos levantaram os seguintes pontos: Inexistência de política de estágio e falta de acompanhamento da coordenação de estágio no campo de atuação. Como sugestões eles apontaram: Revisão da definição e atividades da coordenação de estágios e maior atuação desta. A demanda levantada por eles mostra uma insatisfação com o acompanhamento do curso ao seu processo de formação e a inexistência de uma política de estágio como um agravante desta situação.

A avaliação dos professores supervisores aponta para:

- Necessidade de credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS;
 - Como transformar as questões individuais nas instituições em demandas politicamente viáveis;
 - Consideração do estágio como disciplina.
- (Relatórios do Departamento 1994 s/p)

As necessidades apontadas pelos professores supervisores apontam para uma realidade um pouco diferente da levantada pelos supervisores e acadêmicos, porém não muito distante, pois destaca a necessidade de credenciamento dos campos de estágio o que proporcionaria um cuidado maior a possíveis campos de estágio inadequados. Como soluções os professores levantam:

- Que cada aluno tenha no mínimo duas vivências de campo de estágio;
 - Visita da coordenação aos campos e participação nas reuniões de núcleo;
 - Definição de critérios pedagógicos para seleção dos campos de estágio;
 - Discussão da questão do aluno em estágio extra-curricular.
- (Relatórios do Departamento 1994 s/p).

Após analisar os pontos levantados no encontro entre supervisores, professores e acadêmicos, numa nova reunião os professores definiram os pontos que seriam encaminhados a coordenadoria de estágio:

- Depuração do relatório de avaliação de modo a encontrar os pontos de estrangulamento observados pelos três segmentos envolvidos na Disciplina Estágio Supervisionado;
 - Recuperação da coordenação de Estágio enquanto instância responsável pela área do estágio no departamento de serviço social, sobretudo no que diz respeito aos campos de estágio, restabelecendo a autoridade e criando nova relação com os supervisores;
 - Recuperação de atribuições pedagógicas da disciplina, com discussões consequentes acerca do que é a disciplina, seus planos e horários, avaliação do papel dos núcleos e sub-núcleos;
 - Estudo de mecanismos de convenio com campos de estágio.
 - Visita aos campos de estágio e maior entrosamento com as áreas de atuação;
 - Realização, a primeira quinzena de março/95, o encontro com o corpo de supervisores de campo, para trabalhar questões de interesse comum, como por exemplo, as diretrizes do estágio;
 - Valorização do corpo de supervisores, articulando com a Comissão de Mestrado, cursos de atualização e/ou seminários.
- (Relatórios do Departamento 1994 s/p)

Os pontos encaminhados pelos professores à coordenadoria de estágio resultou em um Plano de Trabalho para 1995 elaborado pela própria coordenadoria para definir atividades e encaminhamentos a uma nova proposta de articulação entre a coordenadoria, os campos de estágio e os acadêmicos “as atividades agora definidas traduzem as expectativas dos três seguimentos envolvidos na prática do Estágio Supervisionado presentes aos debates, que definem como prioritária a elaboração da proposta pedagógica a ser estabelecida para esta área” (Plano de Trabalho 1995 s/p). Esta busca em aproximar o campo de estágio da sala de aula tornou-se foco principal de professores, supervisores e acadêmicos fortalecendo assim a função teórico-prática do estágio supervisionado. Neste sentido o plano de trabalho definiu atividades e metas para todo ano de 1995 como, por exemplo:

ATIVIDADE	OBJETIVOS	PROCEDIMENTOS	PERÍODO
Redefinir a dimensão pedagógica da disciplina Estágio Supervisionado	Repensar as peculiaridades da disciplina no curso com o corpo docente do departamento Definir procedimentos acadêmicos específicos	Definição conjunta com os núcleos de estudo e sub-núcleos de estágio sobre os instrumentais pedagógicos necessários à disciplina: programa de curso, planos de aula, projetos de pesquisa e outros.	1º semestre.

Quadro 6: Exemplo de meta do Plano de Trabalho para o ano de 1995

Neste período a categoria discutia na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, a necessidade de uma nova revisão do Currículo Mínimo que neste momento era vigente desde 1982 (Parecer nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82).

3. A MATRIZ CURRICULAR DE 1999: O ESTÁGIO REDUZIDO

3.1 ANTECEDENTES: DISCUSSÕES E AVALIAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE UM NOVO CURRÍCULO

Na perspectiva da necessidade de uma nova revisão do Currículo Mínimo que neste momento era vigente desde 1982: “Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente duzentas oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABESS, vinte e cinco oficinas regionais e duas nacionais” (Diretrizes gerais ABESS 1996 s/p) para a aprovação das novas diretrizes curriculares. Na expectativa de discutir a formação profissional em uma perspectiva contemporânea e de qualidade e com a avaliação realizada nas oficinas foi possível aprovar na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

Dando continuidade a este trabalho em conjunto nas oficinas, em 1996, um segundo documento surgiu como proposta para complementar a revisão curricular foi a “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate”. E conforme apontam as Diretrizes Gerais ABESS (1996 s/p):

Na etapa final do processo de revisão curricular as proposições do conjunto das Unidades de Ensino foram sistematizadas, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a Diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a presente Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social.

Esta proposta foi discutida na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembléia Geral da ABESS, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1996. E em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9394/1996) contribuindo assim para um processo de normatização e definição para as Diretrizes Gerais do Curso de Serviço Social no espírito da LDB.

Conforme apontam as diretrizes gerais da ABESS a década de 1990 expressou profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, assentados na reestruturação produtiva, na reforma do Estado e nas novas formas de enfrentamento da questão social¹⁷, apontando, também, para a alteração das relações entre o público e o privado, modificando assim as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é afetado por estas transformações, produto das mudanças no campo da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial.

As diretrizes previam assegurar a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, para nesse sentido de fato acompanhar as transformações da ciência e da tecnologia na cena contemporânea.

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (Diretrizes Gerais ABESS 1996 s/p).

Neste sentido segundo as diretrizes se faz necessário definir a atuação do serviço social e definir a direção de seu processo de trabalho ficando assim como pressupostos norteadores da formação profissional:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista;
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho;
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com

¹⁷ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77)

amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
(Diretrizes Gerais ABESS 1996 s/p)

Desta forma, podemos entender que para a efetivação de um projeto de formação profissional estruturado e condizente com a realidade é necessário um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem neste currículo em núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional. São eles:

- 1- *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;*
 - 2- *Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.*
 - 3- *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.*
- (Diretrizes Gerais ABESS 1996 s/p)

Neste sentido conclui-se que estes núcleos contemplam as necessidades da formação profissional apresentando-se através de disciplinas, oficinas, atividades complementares e seminários conforme aponta:

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. (Diretrizes Gerais ABESS 1996 s/p)

Enquanto as novas diretrizes curriculares eram formuladas e publicadas pela categoria em 1996, na UFSC o currículo vigente era o de 1991 com base no currículo mínimo de 1982.

Na intenção de acompanhar o processo de implementação das diretrizes nas Unidades de ensino conforme a sua orientação, em 1998 foi eleita uma nova gestão de coordenação da ABESS, que em assembléia no mesmo ano realizou uma revisão de estatuto e definiu uma nova estrutura institucional e recriou a associação com uma nova denominação – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS - que com a nova gestão seria responsável por: 1) Acompanhar a implantação das diretrizes curriculares; 2)

Reestruturar a ABEPSS de acordo com o novo estatuto¹⁸; e 3) Elaborar um programa de ação que contemplasse as decisões da assembléia.

3.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO EM 1999 NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DO CURSO NOTURNO

Em 1999 o curso de serviço social da UFSC implementa uma nova grade curricular com base no currículo mínimo de 1996. Grade esta que segundo registros do site do departamento foi construído com a ajuda dos alunos, professores e profissionais, representados naquele momento pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS. Apresentando sua intenção sobre perfil do profissional a ser formado, o departamento de serviço social considerou:

Com essa diretriz, ao se pensar em alterar o currículo, se verificou as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as alterações dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, as novas competências e atribuições em face das duas questões anteriores. Questionou-se como preparar efetivamente profissionais que tivessem condições de atuar de forma competente, nos planos teórico, político e operativo, assegurando a compreensão integral da intervenção efetivada e do próprio significado social da profissão na sociedade brasileira contemporânea.

(http://www.servicosocial.ufsc.br/01_departamento_historico.php
acesso em 25/05/2010)

O Departamento de Serviço Social na tentativa de abranger todas as necessidades de preparação para a formação profissional definiu a matriz curricular em um primeiro momento conforme o quadro abaixo. Neste primeiro momento o currículo foi adaptado para dar continuidade a turma que já estava

¹⁸ A mais significativa alteração nas configurações da associação foi a possibilidade de ter associados individuais e sócios institucionais colaboradores, além das Unidades de Ensino. Esta abertura ampliou as possibilidades de participação da categoria possibilitando uma maior aproximação de grupos de pesquisa não necessariamente ligados a universidades. Segundo Ferreira (2001) esta inclusão no foi fácil: "A inclusão destas categorias no novo estatuto não foi tranquila. Algumas regionais foram contrárias e chegaram a votar contra. O aspecto polêmico diz respeito à possibilidade de, com a inclusão de sócios individuais, a ABEPSS se descaracterizar como entidade de ensino e pesquisa, formada historicamente por unidades de ensino, e correr o risco de ter majoritariamente sócios que não sejam ligados à formação e pesquisa, com direito a voz e voto."

em processo de formação, dando-se continuidade assim a lógica curricular iniciada.

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE
Introdução ao Serviço Social	Ciência Política	Serviço Social II	Psicologia II	Processos Sócio-Políticos Culturais e Econômicos na Região Sul e em Santa Catarina	Processos de Trabalho no Serviço Social III	Pesquisa em Serviço Social II	Tópicos Especiais em Serviço Social
Serviço Social e Realidade Social	Política Social e Formação Sócio-Histórica, Economia Brasileira	Psicologia I	Processo de Trabalho no Serviço Social I	Ética Profissional do Serviço Social	Planejamento em Serviço Social	Processos de Trabalho no Serviço Social IV	Direito e Cidadania
Teoria Sociológica	Serviço Social I	Antropologia Social I	Serviço Social e Política Social II	Processo de Trabalho no Serviço Social II	Serviço Social e Seguridade Social I	Serviço Social e Seguridade Social II	Serviço Social, Proteção Social e Globalização
Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil	Serviço Social e Pensamento Contemporâneo	Economia Política	Introdução à Supervisão de Estágio	Administração em Serviço Social	Supervisão de Estágio II	Serviço Social e Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente	Serviço Social e Seguridade Social III
História Geral do Brasil	Antropologia Filosófica e Ética	Serviço Social e Política Social I	Antropologia Social II	Supervisão de Estágio I	Estágio Curricular Obrigatório II	Supervisão de Estágio III	
Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência			Seminários Temáticos e Atividades Complementares	Estágio Curricular Obrigatório I	Seminários Temáticos e Atividades Complementares III	Estágio Curricular Obrigatório III	
				Seminários Temáticos e Atividades Complementares II	Pesquisa em Serviço Social I	Seminários Temáticos e Atividades Complementares IV	
DISCIPLINAS OPTATIVAS		Avaliação de Políticas e Projetos Sociais; Direitos Humanos e Ética; Direitos Sociais, Controle Social e Serviços Sociais; Famílias, Redes e Política Social; Financiamento da Seguridade Social e Controle Social; Infância, Adolescência e Sociedade; Reforma do Estado e Serviços Sociais; Serviço Social e Sociedade Civil; Sistema de Informação para o Serviço Social; Serviço Social e Relações de Gênero.					

Quadro 7: Currículo implementado e 1999 dando continuidade ao processo.

No entanto a presença do estágio como disciplina torna-se um marco no processo de estágio. Tendo a supervisão de estágio I, II e III como disciplina integrante do currículo e dispondo de quatro créditos cada.

Conforme aponta Miotto (2003) a implementação do currículo de 1999 se consolidou na perspectiva de continuação da estrutura do currículo de 1991 com relação ao ensino do trabalho profissional, distribuindo os eixos das diretrizes curriculares de 1996, fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira e fundamentos de trabalho profissional, em três semestres. Miotto (2003, p.238) afirma que:

A ênfase da nova proposta curricular, de valorização do caráter interventivo da profissão e na necessidade de qualificação da prática profissional dos futuros assistentes, e a realidade vivida com esta proposta, levou o grupo de professores e de estudantes curso de Serviço Social colocaram-se frente a frente com três grandes questões: Formação generalista versus formação especializada; a integração teoria e prática; Responsabilidade sobre o ensino do trabalho profissional.

Segundo Miotto (2003) a primeira questão levantada diria respeito a questão do estágio curricular através de núcleos, que centralizava a formação a apenas uma única área e que por vezes particularizava determinados tipos de ação. A segunda questão diria respeito a ausência de uma base de discussão integrada e articulada entre os assistentes sociais sobre o trabalho profissional, ao contrário da base teórica que dificultaria que os alunos conseguissem realizar uma integração entre a proposta curricular e a prática profissional. Como afirma Miotto (2003) esta situação foi o estopim para um amplo debate focado na responsabilidade do ensino do trabalho profissional, que dentro do que estava vigente focava-se apenas no estágio curricular vivenciado pelos alunos nas instituições. Neste percurso percebeu-se a responsabilidade do curso, através de seu currículo, de proporcionar este processo de ensino do trabalho profissional de forma generalista, de indissociabilidade entre teoria e prática baseado no projeto ético político da profissão.

As questões apontadas pelos professores e alunos do curso não foram os únicos motivadores para uma revisão curricular a necessidade de adequar o curso a nova demanda de estudantes foi o foco principal da avaliação

curricular. Mencionar a criação do curso noturno na UFSC que duplicou a entrada de estudantes no curso de serviço social, de duas entradas anuais o curso passou a ter quatro, totalizando 140 alunos por ano, sendo que o corpo docente continuou o mesmo para atender toda nova demanda.

Neste sentido, os caminhos traçados por Miotto (2003) para demonstrar a necessidade do ajuste curricular se apresentam como justificativas para a desconstrução de um currículo então vigente que não comportaria toda demanda de acadêmicos que o curso teria em processo de formação. O estágio supervisionado como principal foco da revisão seria, contraditoriamente a principal perda e nesse aspecto a formação profissional foi desconsiderada em vistas das necessidades de adaptação dos recursos disponíveis, principalmente os recursos humanos, à realidade do Departamento e da Universidade.

3.3 O CURRÍCULO IMPLANTADO: REBATIMENTOS NO ESTÁGIO E NA SUPERVISÃO

Após esta avaliação das questões do currículo de 1999 e das novas entradas no curso em 2000.02 realizou-se uma adaptação. Na qual uma das adaptações do currículo foi quanto a necessidade de se reduzir o estágio curricular obrigatório podendo atender assim a toda nova demanda de acadêmicos de serviço social frente ao escasso leque de opções de estágio. A disciplina foi reduzida a um semestre com carga horária de 450 horas e para os alunos que não atingissem às 450 horas havia o estágio curricular complementar com 144 horas.

Na reestruturação do currículo em 2000 segundo Miotto (2003) foram criadas disciplinas teórico-práticas voltadas para o ensino da prática profissional através de três eixos¹⁹ que contemplavam todos os quesitos de uma formação generalista. Nesta perspectiva o currículo foi revisto e disposto de tal maneira:

¹⁹ O primeiro relacionado ao conjunto de ações ligadas a intervenção junto aos processos políticos e organizativos da sociedade civil, outro relacionado a intervenção nos processos de gestão e avaliação dos programas e políticas sociais públicos e privados e, um terceiro, voltado a processos de intervenção em situações singulares.

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE
Introdução ao Serviço Social	Ciência Política	Psicologia I	Psicologia II	Serviço Social e Política de Atenção à Criança e ao Adolescente	Planejamento em Serviço Social	Estágio Curricular Obrigatório	Tópicos Especiais em Serviço Social
Serviço Social e Realidade Social	Política Social e Formação Sócio-Histórica, Economia Brasileira	Antropologia Social I	Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos	Serviço Social e Seguridade Social: Saúde	Pesquisa em Serviço Social I		Direito e Cidadania
Teoria Sociológica	Serviço Social e Pensamento Contemporâneo	Economia Política	Processo de Trabalho no Serviço Social em Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos	Serviço Social e Seguridade Social: Previdência	Serviço Social e Seguridade Social: Assistência Social		Processos de Trabalho no Serviço Social: Análise e Avaliação
Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil	Serviço Social e Política Social: Modelos de Proteção Social	Ética Profissional do Serviço Social	Antropologia Social II	Serviço Social Instituições e Organizações	Serviço Social Famílias e Segmentos Vulneráveis		Seminários Temáticos e Atividades Complementares II
Historia Geral do Brasil	Serviço Social: Fundamentos Históricos e Teóricos- Metodológicos	Serviço Social e Política Social : Padrões Atuais de Proteção Social	Seminários Temáticos e Atividades Complementares I	Processos de Trabalho no Serviço Social Instituições e Organizações	Processos de Trabalho no Serviço Social Famílias e Segmentos Vulneráveis		Trabalho de Conclusão de Curso
Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência		Introdução ao Processo de Trabalho no Serviço Social	Administração em Serviço Social				Processos Sócio-Políticos, Culturais e Econômicos na Região Sul e em Santa Catarina
							Antropologia Filosófica e Ética
DISCIPLINAS OPTATIVAS		Avaliação de Políticas e Projetos Sociais; Direitos Humanos e Éticos; Direitos Sociais, Controle Social e Serviços Sociais; Famílias, Redes e Política Social; Financiamento da Seguridade Social e Controle Social; Infância, Adolescência e Sociedade; Reforma do Estado e Serviços Sociais; Serviço Social e Sociedade Civil; Sistema de Informação para o Serviço Social; Serviço Social e Relações de Gênero; Atividade Extraclasse: Monitoria; Seminários Temáticos em Serviço Social I e II.					

Quadro 8: Adaptações ao Currículo de 1999 - implementadas em 2002.02

As disciplinas referenciais dos três eixos têm início na terceira fase com uma disciplina introdutória chamada de Introdução do Serviço Social em Processos de Trabalho posteriormente na quarta, quinta e sexta fases estão distribuídas três oficinas que se subdividem em duas disciplinas de 72 horas aula cada por semestre para viabilizar o foco teórico-metodológico ligados a operacionalização da prática profissional. Segundo Miotto (2003 p.241)

Estas disciplinas de acordo com alguns professores, observadores pedagógicos externos, e quando comparadas com experiências de outros cursos têm plenas características de um estágio curricular, embora não estejam deliberadamente enquadradas nessa modalidade.

Neste processo de reestruturação do currículo de 1999 percebe-se claramente a perda de espaço em termos de carga horária e de acompanhamento através da supervisão que teve o estágio curricular obrigatório em 2000, o entendimento de que as Oficinas supririam a demanda de conhecimento da prática profissional com plena articulação com o referencial teórico-metodológico não se concretizou na realidade do curso. A perda deste espaço de relação teoria e prática não foi suprida pelas disciplinas de Processos de Trabalho que reforçaram ainda mais a dicotomia entre teoria e prática. Conforme aponta Lewgoy (2009):

Uma das possibilidades evidenciadas no conteúdo dos textos analisados relaciona-se ao espaço de vivência, onde oficinas e laboratórios permitem o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas. Ocorre, no entanto, que tais espaços não são otimizados para o fim a que se dispõem, pois se exige capacitação dos professores no manejo dessa abordagem. A ausência de articulação acaba, pois, transferindo para o estágio a aprendizagem dessas vivências.

No entanto não podemos deixar de avaliar a situação conjuntural do país e principalmente da universidade pública brasileira, conforme relatamos no capítulo anterior, que se vê presa a falta de professores efetivos e com um grande número de professores substitutos que não podem ser contratados por período superior a dois anos ocasionando assim uma sobrecarga de disciplinas aos professores efetivos. Esta falta de professores propiciou uma desvalorização do processo de supervisão acadêmica de estágio, que apartir

do currículo de 2000 na UFSC ficou a cargo apenas dos supervisores de campo. Essa restrição apenas a supervisores de campo pode afetar o desenvolvimento da formação profissional conforme podemos perceber:

Assim refletir sobre a competência profissional na supervisão de estágio envolve pensar em todos os âmbitos de intervenção, pois é um processo que está vinculado à formação junto aos estagiários e ao exercício profissional no trabalho cotidiano dos supervisores acadêmicos e de campo. Assim implica considerar as competências e habilidades previstas nas três dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa), nas particularidades dos espaços sócio-ocupacionais em que o aluno está inserido em termos de meios, estratégias, instrumentos referenciais técnicos, projetos de atuação, usuários, lutas e direitos sociais, entre outros. (Lewgoy 2009)

Neste período os acadêmicos ao entrarem no curso de serviço social já tinham acesso a estágio curricular não obrigatório sendo encaminhados pela central de carreiras da UFSC que não fiscalizava os campos e não exigia que o trabalho fosse para acadêmicos de áreas específicas. A maioria dos estágios para as empresas referia-se a mão-de-obra barata e especializada, os estagiários de serviço social na maioria das vezes não realizavam trabalhos específicos do serviço social, havendo muitos casos de alunos trabalhando como recepcionista, telefonistas e secretarias. Não era oferecida supervisão acadêmica o que facilitava esta contratação indevida.

Pensando nesse processo de formação desmembrado, em 2006 foi novamente realizada uma reestruturação do currículo vigente desta vez com base na Resolução nº15, de 13 de março de 2002 homologada pelo Ministro de Estado da Educação, que em 2008 subsidiaria também a formalização do Projeto Político Pedagógico – PPP do Serviço Social. Com mudanças significativas apenas na sétima e na oitava fases do curso. Inicialmente transformando as disciplinas Processos sócio-políticos, culturais e econômicos na região sul e em Santa Catarina e a disciplina de Antropologia Filosófica e ética em disciplinas optativas. Outra mudança foi o desmembramento do Estágio Curricular Obrigatório em Estágio Curricular Obrigatório I 306h/a e Estágio Curricular Obrigatório II 144h/a desenvolvidos consecutivamente nas sétima e oitava fases do curso e trazendo novamente a Supervisão Pedagógica

de Estágio Curricular Obrigatório para a grade curricular organizando assim a gestão do estágio no departamento de serviço social da UFSC.

1ª FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE	5ª FASE	6ª FASE	7ª FASE	8ª FASE
Introdução ao serviço social	Ciência política	Psicologia I	Psicologia II	S.S. E políticas de atenção criança e ao adolescente	Planejamento em serviço social	Estágio curricular obrigatório I	Direito e cidadania
Serviço social e realidade social	Política social e formação sócio-histórica, economia brasileira	Antropologia social I	Serviço social: movimentos sociais e conselhos de direitos	Serviço social e seguridade social: saúde	Pesquisa em serviço social I	Supervisão de estágio I	Processos de trabalho no S.S. análise e avaliação
Teoria sociológica	Serviço social e pensamento contemporâneo	Economia política	Processos de trabalho no S.S. em movimentos sociais e conselhos de direito	Serviço social e seguridade social: previdência	Serviço social e seguridade social: assistência social		Estágio curricular obrigatório II
Serviço social e acumulação capitalista	S.S. e política social: modelos de proteção social	Ética profissional do serviço social	Antropologia social II	Serviço social: instituições e organizações	S.S. famílias e segmentos sociais vulneráveis		Supervisão de estágio II
Teoria do conhecimento e filosofia da ciência	Serviço social: fundamentos históricos e teórico-metodológicos	S.S. I e política social: padrões atuais de proteção social	Seminários temáticos e atividades Complementares I	Processos de trabalho no S.S em instituições e organizações	Processos de trabalho no S.S. famílias e segmentos sociais vulneráveis.		Seminários temáticos e atividades complementares II
História geral do Brasil		Introdução ao processo de trabalho no S.S.	Administração em serviço social				Trabalho de conclusão de curso
							Tópicos especiais em S.S.

Quadro 9: Adaptações ao Currículo de 1999 - implementadas em 2006.

Outra mudança importante na grade curricular em 2006 foi a criação do estágio curricular não obrigatório I e II com supervisão pedagógica de estágio. O estágio não obrigatório foi incluso ao rol de disciplinas optativas podendo ser desenvolvido a partir da quinta fase do curso desde que cumpridos os pré-

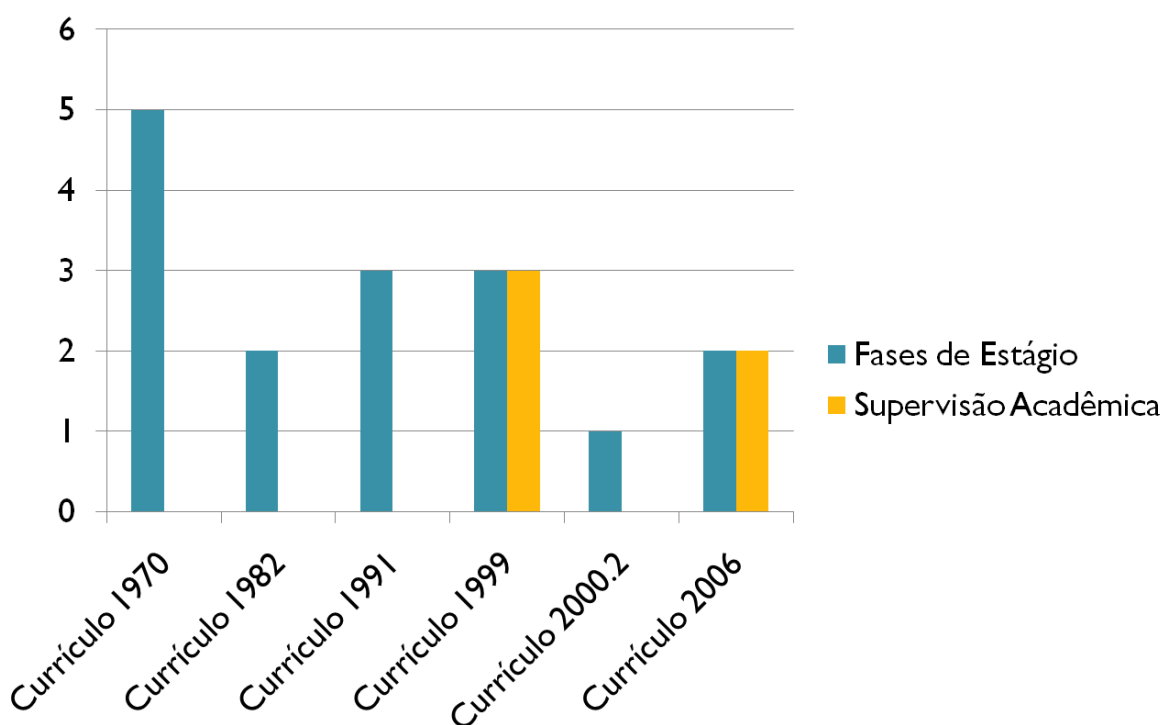
requisitos. A garantia de supervisão de qualquer processo de estágio garante um aprendizado comprometido e fundamentado no projeto ético político da profissão conforme aponta Lewgoy (2009) podemos considerar a supervisão como:

[...] como espaço afirmativo de formação, na direção da garantia de construção de um espaço efetivo de não-tutela, mas de autonomia, de acolhimento, de fruição, de referência, de criatividade, de ensino aprendizagem e de enfrentamento do cotidiano profissional, constituindo-se, desse modo, num aporte crítico para a intervenção na realidade social.

Esta supervisão compreendida em um sentido ampliado de acompanhamento abrange o pensar e o agir profissional, desempenhado por um profissional envolvido na atividade de maneira direta ou indireta. No entanto os “avanços conquistados” com a reformulação do currículo de 1999 em 2006 com referência ao estágio e a supervisão não atingem por completo as necessidades dos acadêmicos e professores sendo que o mesmo encontra-se em processo de revisão no ano de 2010.

Observando o gráfico, abaixo, podemos perceber de forma mais clara o processo em que se desenvolveu o estágio dentro da matrizes curriculares do curso de serviço social a partir do currículo implementado em 1970 até o currículo vigente em 2010:

Gráfico de análise dos currículo:



Cabe destacar por fim o significativo interesse e expectativa dos acadêmicos, supervisores de campo e até mesmo dos docentes do Curso de Serviço Social na mudança na disposição das disciplinas da sétima e oitava fases do curso, como pode se verificar em todo o processo de avaliação em desenvolvimento no processo de revisão curricular em andamento, desde 2007. O estágio obrigatório na matriz vigente está localizado, juntamente à Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I, únicas disciplinas ofertadas na sétima fase. Por sua vez, na oitava fase estão concentrados Estágio Curricular Obrigatório II, o Trabalho de Conclusão de Curso e outras quatro disciplinas, necessárias à integralização curricular. Esta sobrecarga na etapa final do curso acaba por prejudicar o processo de formação profissional, pois cada acadêmico tende a priorizar seu maior interesse, potencializando o descaso as disciplinas de extrema importância. Isto posto faz-se necessário reforçar a importância do ensino da prática profissional através do estágio e da supervisão que possibilitem uma formação profissional qualificada e aprofundada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, compreendendo os processos sociais em uma perspectiva de totalidade, analisando o movimento histórico da sociedade brasileira e apreendendo as particularidades do desenvolvimento da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, como anteriormente mencionado, objetivou reconhecer e analisar as matrizes curriculares do Curso de Serviço Social da UFSC tendo como foco principal o estágio supervisionado na perspectiva das diferentes matrizes curriculares do Curso de Serviço Social da UFSC, ponto de partida para se questionar a relevância que o estágio supervisionado ocupou e ocupa nas diferentes matrizes curriculares na trajetória do Curso de Serviço Social da UFSC, particularmente no período entre 1970 e 1999, quando foi implantado o currículo vigente e em processo de revisão na atualidade.

Com este estudo buscou-se uma reflexão pensando em resgatar a essência do estágio como instrumento fundamental na construção de uma formação profissional crítica, interventiva e propositiva do assistente social. Para subsidiar esta reflexão analisamos a conjuntura institucional com base nas matrizes já implantadas, refletimos sobre os momentos da categoria em questão e relacionamos com a situação atual do ensino superior público no Brasil, já que o estágio como componente indispensável no currículo, não pode ser compreendido fora de alguns de seus determinantes, neste caso a própria conjuntura da universidade pública no país.

Os estudos das obras dos autores como Vieira (1979), Buriolla (1995) e Lewgoy (2009), foram fundamentais para a elaboração do presente trabalho, uma vez que abordaram o estágio supervisionado em diferentes momentos históricos da categoria profissional, identificando suas especificidades e dificuldades de efetivação.

As análises permitiram verificar o processo de redução do estágio supervisionado ao longo da trajetória do curso, especialmente na matriz curricular de 1999. Esta constatação não foi difícil, já que ficou claro o enxugamento da carga horária exigida para formação. Por outro lado, a compreensão deste processo como intrinsecamente relacionado às transformações da categoria profissional e da sociedade não foi tarefa tão simples.

A profissão em seu processo de construção e solidificação adaptou-se às transformações societárias desprendendo-se do sentido assistencialista e posicionando-se frente a garantia de direitos e enfrentamento da Questão

Social. Para tanto, no caso do Curso de Serviço Social da UFSC, conquistou seu espaço na universidade pública brasileira inicialmente com a formação dividida em dois ciclos em sentidos diferentes. Com o ciclo básico comum a todos os cursos e o ciclo profissionalizante que definia e capacitava os profissionais para a profissão dedicando ao estágio supervisionado, então chamado de prática profissional, cinco fases de estágio.

Ao desprender o currículo dos demais cursos a formação conquistou um grande avanço frente à especificidade do serviço social, no entanto a perspectiva de ciclo básico e ciclo profissionalizante fez persistir a dicotomia entre teoria e prática o estágio ficou concentrado apenas em duas fases do curso perdendo assim um espaço no currículo com relação ao anterior.

Em um terceiro momento percebemos que o estágio teve um destaque especial, era contemplado também pelas disciplinas de Prática Investigativa e Projetos de Pesquisa que possibilitaram uma instrumentalização para as escolhas de estágio curricular. Neste período o estágio curricular estava ligado aos sub-núcleos de estágio, os quais eram espaços para articulação entre professores supervisores, supervisores de campo e alunos.

Da implantação do currículo vigente até os dias de hoje, verificou-se que algumas disciplinas sofreram pequenas alterações. Em um primeiro momento o currículo foi adaptado para dar continuidade a turma que já estava em processo de formação. A presença do estágio como disciplina tornou-se um marco no processo de estágio, tendo a supervisão de estágio I, II e III como disciplinas integrantes do currículo e dispendo 72h/a cada.

Neste período o curso sofreu uma grande mudança, com a abertura do curso noturno de serviço social, quando passou de duas entradas para quatro entradas anuais. O processo de formação e o currículo foram modificados destinando assim ao estágio supervisionado apenas um semestre com 450 horas de estágio e sem especificação de supervisão acadêmica como disciplina, destacando-se como a maior perda no processo de formação do curso de serviço social da UFSC.

Após alguns anos o currículo foi novamente modificado, e atualmente é o que vigora, dispendo de dois semestres para estágio não obrigatório e dois semestres para estágio obrigatório. Com supervisão acadêmica realizada pelos professores do departamento tendo como uma exígua carga horária de 36 h/a.

Constatamos a partir desta análise que o processo de redução de carga horária que se verificou no estágio supervisionado não se deteve apenas as transformações da profissão, mas também se relacionaram diretamente ao processo de desmonte do ensino público brasileiro, que está em processo de expansão, porém sem perspectiva de também expansão na correspondente infraestrutura para alcançar este fim e ainda, uma política de pesquisa e extensão que qualifiquem o ensino da graduação na mesma perspectiva.

Ao que parece, a matriz curricular de 1999, reflete que as lacunas deixadas pelo processo de sucateamento da universidade pública foram absorvidas pelo Curso que por meio de alterações no currículo buscaram adaptar as necessidades da formação profissional à realidade precária do ensino público superior, o que acabou por se revelar como um verdadeiro desmonte do que se refere ao estágio supervisionado no processo de formação profissional local.

A partir da elaboração do presente trabalho torna-se evidente a necessidade de efetivação da revisão curricular no curso de serviço social da UFSC, de forma a conseguirmos avanços em relação ao ensino e aprendizagem da prática profissional que tem por premissa que deve ser desenvolvida pelo conjunto de todas as disciplinas do Curso, mas que tem no estágio supervisionado um *lócus* privilegiado.

Diante do exposto, aos docentes e discentes permanece o desafio do debate para a consolidação de uma efetiva matriz curricular condizente com as especificidades da profissão, capaz de capacitar futuros assistentes sociais frente a ação profissional de forma crítica e comprometida com o projeto ético político da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

ANDES-SN. Universidade Nova: a face oculta da contra-reforma universitária. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional, Brasília, DF, 2007.

AMARAL, Ângela Santana do. In. **Curso de Serviço Social: 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana** / Gilsamaisa Macedo da Costa, Reivan Marinho de Souza (organizadores). – Maceió: EDUFAL, 2008.

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto - **Manual de estágio supervisionado**. São Paulo, Pioneira 2001

BREJON, Moises, 1923 – **Estágios: Licenciaturas, pedagogia, magistério do 1º e 2º graus, cursos normais**. São Paulo, Pioneira 1974.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten – **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis** – São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Estágio Supervisionado** | coordenação editorial Danilo A. Q. Morales|. – São Paulo: Cortez, 1995.

Cadernos ABESS nº 4 – **Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. São Paulo: Cortez; 1991.

CARVALHO, Alba Maria Pinto de. In. Cadernos ABESS nº1 – **O processo da formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez; 1986.

CEFESS. Lei de Regulamentação – nº 8.662. Brasília, 7 de julho de 1993.

COSTA, Nelson Coelho; ARAGÃO, Suelen Gurgel de; QUEIROZ, Viviane de IC-UFF - **A Reforma da Educação Superior do Governo Lula e seus Rebatimentos na Formação Profissional dos Assistentes Sociais** –: In. Cd rom ENPESS. Recife, ABEPSS, 2006.

Departamento de Serviço Social – UFSC - Plano Departamental Serviço Social – 2010.1.

FERNANDES, Florestan, 1920- **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

FERREIRA, Ivanete Boschetti In. *Temporalis* /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Ano. 2, n. 3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

GERBER, Luiza Maria Lorenzini - **A Formação dos Assistentes Sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958 – 1983)** – Florianópolis 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

http://www.servicosocial.ufsc.br/01_departamento_historico.php

Acesso em 25/05/2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 12. ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social** – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

JORGE, Leila. **Inovação curricular; além da mudança dos conteúdos**. Prefácio de Ely Eser Barreto César. 2ª edição. Piracicaba: Editora Unimep, 1994.

KELLY, Albert Victor. **O currículo: teoria e prática**. Tradução Jamir Martins; revisão técnica Nélio Parra. – São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional** – São Paulo: Cortez, 2009.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez – PUCRS - **A Formação em Serviço Social no Contexto da Universidade em Crise** – In. cdrom ENPESS. Recife, ABEPSS, 2006.

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MEC. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001. Mimeo, 2001.

MIOTO, R. C. T. **O projeto de ensino do trabalho profissional no currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama sobre a construção da proposta**. *Anais do Seminário Latino-americano de Serviço Social: articulação latino-americana e formação profissional*. Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.) – **Currículo: Questões atuais** – Campinas, SP: Papyrus, 1997. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64** – 12ed. - São Paulo: Cortez, 2008.
- OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados.** In: Revista Serviço Social e Sociedade nº80, ano XXV. Cortez, novembro de 2004
- RAMOS, Nilva Souza – **O Serviço Social em Santa Catarina: Surgimento e expansão com a criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis** – Porto Alegre 1984.
- RAMOS, Sâmia R. **Tratamento dispensado à prática na formação profissional** In: cdrom do relatório da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. São Luiz, ABEPSS, 2008
- RESOLUÇÃO CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008 que **Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.**
- ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da – UFPE - **O Discurso do Governo Lula sobre a Universidade** – In. cdrom ENPESS. Recife, ABEPSS, 2006.
- SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social: análise das contradições (1936-1975)** – São Paulo: Cortez, 1995.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática/ trad.** Ernani F.da F. Rosa – 3. Ed. – Porto Alegre, 2000.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão.** – São Paulo: Cortez, 1984.
- TRALDI, Lady Lina. **Currículo: conceituação e implicações, metodologia de avaliação, teoria e prática, formas de organização, supervisão** – 2ª edição - - São Paulo: Atlas, 1984.
- VIEIRA, Balbina Ottoni. **Supervisão em serviço social** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Agir, 1979.

ANEXO

**Parecer nº 412 do Conselho Federal de Educação - MEC sobre o Processo nº 7408/82
aprovado em 9/8/82.**

Interessado: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

Assunto: Ante-projeto de reforma curricular

I. Relatório

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS dedicou-se por anos seguidos a discutir, seja nas suas unidades regionais, seja nas escolas de Serviço Social, a temática da Prática Profissional e da Prática de Ensino na formação desse técnico de nível superior. O resultado dessas discussões confluiu para as Convenções Nacionais da categoria, realizadas em Belo Horizonte e Natal, respectivamente nos anos de 1977 e 1979. a primeira, em copromoção com a Universidade Católica de Minas Gerais, através do seu Departamento de Serviço Social, tendo como tema "Conteúdo Programático dos Cursos de Serviço Social", e a segunda, em igual maneira, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como tema "Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo".

Essa ampla e cuidadosa reflexão resultou em um Documento Básico, que transformado em proposta de revisão do currículo mínimo vigente, vem ao Conselho Federal de Educação para apreciação e possível aproveitamento. De sua justificativa extraímos o seguinte trecho: "tomamos a liberdade de realizar este trabalho, por sentirmos no cotidiano de nossas salas de aula o imperativo de novos enfoques, novas abordagens, novos conhecimentos, para fazer frente a uma sociedade em célere ritmo de mudança e carente de profissionais aptos a participarem ativamente do processo de desenvolvimento social integrado que vive a nossa nação".

Parecer:

Nestes doze anos de vigência do currículo mínimo do curso de Serviço Social (Parecer nº 242/70 e Resolução de 13/0370), predominou, na formação desse profissional, uma visão fragmentada da realidade em que deveria atuar, com a especificidade dos seus estudos voltados para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada e, tanto quanto possível, minimizada nos planos dos cursos de maior qualidade, sendo aos poucos, substituída por uma ótica mais realista de ação a nível da globalidade social.

Como informa o documento da ABESS:

"Considera-se que a formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social (...) Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. (...) Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesta perspectiva, a formação acadêmica pressupõe:

- 01) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade;
- 02) um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas".

À luz desses pressupostos, o currículo mínimo sugerido se subdivide em duas partes distintas, uma básica e outra profissionalizante, assim justificada na sua estrutura e objetivos, pela ABESS:

1. Área dos Conhecimentos Básicos:

1.1. Conhecimento do Contexto Social.

Esta área compreende o conhecimento do contexto social que historicamente situado, se daria a níveis:

- 1.1.1. do contexto da própria sociedade;
- 1.1.2. das organizações que expressam o contexto institucional da sociedade e possibilitam a formação do profissional e a prática do Serviço Social;
- 1.1.3. da instituição Serviço Social como prática específica que se realiza no contexto das organizações e da sociedade.

Em síntese, este conhecimento, que é também o conhecimento social da História Econômica e Política da sociedade em geral e particularmente do Brasil e suas repercussões no processo de institucionalização da profissão e na sua prática atual, possibilita ao profissional a compreensão do âmbito de sua ação, na perspectiva histórica em que a profissão se institucionaliza.

1.2. Conhecimento da realidade da clientela:

Esta área compreende o conhecimento da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura, e supõe a compreensão de dois movimentos: o dirigido (quer o seja pelo Estado quer pelas instituições da sociedade civil) e os espontâneos.

As relações que se estabelecem entre esses dois movimentos constituem objeto relevante de análise do Serviço Social como condição que permite seu posicionamento objetivo junto às populações. Isto se dá porque na relação entre os dois movimentos surge a possibilidade de atuação do assistente social no sentido de a clientela assumir o movimento dirigido como sujeito desse processo

A representação que a população tem desse contexto social em que se insere, é também importante, pois é condição para que o assistente social possa conseguir junto a ela, um nível de consciência capaz de perceber a sua realidade nas relações sociais inter-humanas. A perspectiva do homem como sujeito histórico pressupõe a consciência de si e do outro no processo da construção do mundo.

2. Área dos Conhecimentos Profissionalizantes

Como pontos fundamentais na área do conhecimento profissionalizante, destacam-se:

- 2.1. Conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social. Este conhecimento envolve a prática do Serviço Social, seus elementos constitutivos e análise dos diferentes agentes implicados na prestação do Serviço Social;
- 2.2. Conhecimentos e habilidades quanto a estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

Esses exigem dos cursos de Serviço Social a conjunção de esforços a fim de dar condições ao futuro profissional para, entre outros aspectos, permitir:

- o exercício e a sistematização de uma prática voltada para uma realidade objetiva;

- a utilização do relacionamento como instrumento da prática do Serviço Social;
- a compreensão da participação social no contexto institucional do homem como ser histórico;
- a utilização da pesquisa como instrumento da prática profissional;
- a utilização da metodologia do Serviço Social.

O ciclo profissional seria, portanto, o estudo e a prática das estratégias de intervenção profissional com base nos referenciais teóricos acima mencionados.

Resulta de todos esses pressupostos a seguinte proposta de Currículo Mínimo:

Área Básica:

Filosofia

Sociologia

Psicologia

Economia

Antropologia

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Direito e Legislação Social

Área Profissional:

Teoria do Serviço Social

Metodologia do Serviço Social

História do Serviço Social

Desenvolvimento de Comunidade

Política Social

Administração em Serviço Social

Pesquisa em Serviço Social

Ética Profissional em Serviço Social

Planejamento Social

Como matérias complementares obrigatórias constam Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física, cuja carga horária não integra o mínimo de duração do curso. Também estão fora dessa duração mínima, as atividades de orientação do Trabalho de Conclusão do Curso e o Estágio Supervisionado, devendo este último ter uma carga horária mínima de 10% sobre o tempo de duração do curso.

O curso de Serviço Social terá a duração mínima de 2.700 horas com a integralização a fazer-se no mínimo de 3 e no máximo de 7, ficando o termo médio fixado em 4 anos.

Em anexo ficam explicitadas as ementas de cada matéria do currículo mínimo, menos como uma delimitação de conteúdo programático e mais como uma contribuição ao professor, tendo em vista a inserção da área de conhecimento sob sua responsabilidade, no contexto específico do curso de Serviço Social.

II. Voto do Relator

À vista do exposto, somos pela aprovação do currículo mínimo do curso de Serviço Social, nos termos do projeto anexo de resolução, ouvida a Comissão de Currículos.

III. Conclusão da Câmara

A CESU, 2º Grupo, aprova o voto do Relator.

Sala de Sessões, em 01 de junho de 1982

Presidente e Relator

Resolução nº 06, de 23 de setembro de 1982.

Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Parecer nº 412/82, homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º O Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

a) Área Básica

Filosofia

Sociologia

Psicologia

Economia

Antropologia

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Direito e Legislação Social

b) Área Profissional:

Teoria do Serviço Social

Metodologia do Serviço Social

História do Serviço Social

Desenvolvimento de Comunidade

Política Social

Administração em Serviço Social

Pesquisa em Serviço Social

Ética Profissional em Serviço Social

Planejamento Social

§ 1º As matérias Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física serão obrigatórias, embora sua carga horária não integre o mínimo de duração do curso.

§ 2º Haverá um Estágio Supervisionado obrigatório com a duração de, no mínimo 10% do tempo de duração do curso, tempo esse que não se computará na carga horária mínima do curso.

§ 3º Será condição essencial para a expedição de diploma a realização pelo aluno do Trabalho de Conclusão do Curso, sob a orientação de um professor.

Art. 2º A duração mínima do curso será de 2.700 horas, que serão integralizadas no mínimo de 3 e no máximo de 7 anos, ficando o termo médio fixado em 4 anos.

Art. 3º O ciclo básico visará conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitam a formação do Assistente Social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura.

Art. 4º O ciclo profissional deverá conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

Art. 5º A adaptação do currículo baixado pela Resolução de 13/03/70, ao ora aprovado, far-se-á por via regimental, segundo os recursos de cada escola, dentro do prazo máximo de dois anos a partir da data de publicação desta Resolução.

Parágrafo Único. O Conselho Federal de Educação apreciará as adaptações regimentais dos institutos isolados de ensino superior que mantiverem cursos de Serviço Social .

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Lafayette de Azevedo Pondé - Presidente

DOU - Seção I - 13.10.82 - pg. 1919.

EMENTAS

Filosofia

O Estudo da Filosofia é importante para o Assistente Social com vistas a uma formação reflexiva e crítica sobre as teorias do conhecimento e das principais correntes filosóficas que contribuíram para a compreensão do homem e da sociedade.

Sociologia

A manutenção da Sociologia justifica-se como de fundamental importância para o enfoque das principais teorias sociológicas, ressaltando o estudo das classes sociais. Este estudo deve focalizar particularmente as questões do desenvolvimento social, da análise das instituições, das organizações dos movimentos sociais.

Psicologia

Ratifica-se a permanência do estudo da Psicologia como meio necessário à compreensão das principais teorias da personalidade humana e fatores básicos do comportamento social.

Economia

Justifica-se a permanência do estudo da Economia a fim de propiciar a compreensão da estrutura econômica e social brasileira a partir dos fundamentos e dos conceitos da teoria econômica.

Antropologia

A introdução do estudo da Antropologia no Currículo Mínimo prende-se à necessidade de compreensão das diferentes formas de manifestação cultural, incluindo o estudo da cultura popular, formas de religiosidade popular, o estudo antropológico da formação brasileira, das minorias raciais, das características regionais e dos grupos fundamentais.

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Propõe-se a inclusão do estudo da Formação Social, Econômica e Política do Brasil pela necessidade da compreensão da realidade social brasileira numa perspectiva histórica.

Direito e Legislação social

Recomenda-se a manutenção do estudo do Direito e Legislação social tendo em vista a sua contribuição para a prática profissional, devendo enfatizar, fundamentalmente, a legislação trabalhista e previdenciária.

Teoria do Serviço Social

Ratifica-se a permanência do estudo da Teoria do Serviço Social como conhecimento profissionalizante dos mais fundamentais, devendo ter como enfoque necessários as principais construções teóricas do Serviço Social: objeto, intencionalidade e pressupostos metodológicos de sua praxis; campo de atuação do Serviço Social e sua posição no contexto das ciências humanas e sociais.

Metodologia do Serviço Social

Propõe-se a introdução do estudo da Metodologia do Serviço Social (caracterizado no currículo mínimo atual como Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade). Este estudo é importante pois se encarregará das estratégias de ação profissional; visa a capacitação do profissional para operacionalizar os conhecimentos teóricos através de uma ação sistemática pertinentes aos vários níveis e áreas de atuação do Assistente Social.

História do Serviço Social

Sugere-se a inclusão do estudo da História do Serviço Social, cuja importância está na análise e compreensão do Serviço Social como fenômeno histórico; a sua institucionalização com resultante de uma demanda social, o seu reconhecimento com resultante das respostas sociais de sua prática, enfim, as relações do processo de

institucionalização do Serviço Social com a formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Desenvolvimento de Comunidade

Propõe-se a inclusão do estudo de Desenvolvimento de Comunidade, dada a constatação de que o Serviço Social efetivamente atua e sempre atuou como ação catalisadora dos movimentos sociais provocados e espontâneos, carecendo, portanto, de compreender a dinâmica desses movimentos numa perspectiva de estratégia de ação que o capacitem ao agir profissional nessa área.

Política Social

Ratifica-se a manutenção do estudo da Política Social tendo em vista ser a ação do Serviço Social um dos meios de realização da Política Social junto aos estratos mais carentes da população, assim como se colocar mesmo, como meio estimulador do processo de formulação da Política Social quando ausente dessas camadas ou de sua dinamização quando necessária. Neste sentido, ressalta-se o estudo e a análise das políticas públicas, suas repercussões sociais e as estratégias de ação do Serviço Social como executor, estimulador e dinamizador dessa política, assim como da Política Social em geral.

Administração em Serviço Social

Baseia-se a proposta de introduzir o estudo da Administração em Serviço Social no currículo mínimo na necessidade de conhecimento e análise das teorias administrativas e sua relação com as práticas administrativas no Serviço Social (coordenação, assessoria, supervisão e outras) e as vinculações das organizações com o contexto estrutural e conjuntural.

Pesquisa em Serviço Social

Sugere-se a inclusão de Pesquisa em Serviço Social objetivando a capacitação do aluno para uma prática científica, através do estudo dos diferentes métodos e técnicas, suas limitações e alcances, e sua utilização em Serviço Social como um dos instrumentos da relação teoria/prática e com vistas à produção de conhecimentos específicos de Serviço Social.

Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso

Fundamenta-se a inclusão da Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso na oportunidade que tem o aluno de ser orientado para a realização de um trabalho de sua autoria relacionado com o Serviço Social, tendo ou não por base a sua própria prática de estágio de formação profissional. A importância está em exercitar o aluno para refletir o Serviço Social, e, com isso, conduzi-lo a garantir a unidade teoria/prática. A exigência de elaboração de um trabalho de conclusão de curso está contido na Lei 1.889 de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino de Serviço Social em seu art. 10º.

Ética Profissional em Serviço Social

Sugere-se a manutenção da Ética Profissional em Serviço Social, visando ao estudo dos componentes axiológicos que integram as construções teórico/metodológicas do Serviço Social por possibilitar a adoção da postura ética do profissional em sua prática social.

Planejamento Social

Propõe-se a inclusão de Planejamento Social ante a necessidade de habilitação com que na prática cotidiana o Assistente Social está sempre a se defrontar. As exigências se fazem em termos de capacitação para análise e compreensão do planejamento global, suas relações com os planos, programas e projetos sociais; e elementos políticos e técnicos necessários a sua elaboração.

Estágio Supervisionado

Propõe-se a introdução do Estágio Supervisionado (caraterizado no currículo mínimo atual como Estágios Práticos). Este estudo é importante como forma de aprendizagem prática das estratégias de ação profissional comuns aos campos fundamentais de atuação do Serviço Social. Supõe a aprendizagem de habilidades técnicas e capacidade de análise das repercussões profissionais face a aplicação dessas habilidades.